



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE HISTÓRIA**

**JOSÉ DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA**

**CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO MARANHÃO COLONIAL:  
O índio de corso como obstáculo a colonização**

**São Luís  
2018**

**JOSÉ DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA**

**CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO MARANHÃO COLONIAL:  
O índio de corso como obstáculo a colonização**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em História da Universidade Federal do Maranhão.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria da Glória  
Guimarães Correia

**São Luís  
2018**

**JOSÉ DOMINGOS ALVES DE OLIVEIRA**

**CONFLITOS E RESISTÊNCIA NO MARANHÃO COLONIAL:  
O índio de corso como obstáculo a colonização**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Bacharelado em História da Universidade Federal do Maranhão.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria da Glória Guimaraes Correia

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

**COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Maria da Glória Guimaraes Correia – Orientadora**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo**  
Universidade Federal do Maranhão

---

**Prof<sup>º</sup> Ms. Manoel de Jesus Barros Martins**  
Universidade Federal do Maranhão

**São Luís  
2018**

Dedico esse trabalho aos meus pais Marta e José, pelo incentivo. Aos meus irmãos Davi, Levi, Antônio e Tatiana pelo apoio. A minha esposa Eliane Vanderlei, pelo companheirismo e aos meus prestativos amigos.

## AGRADECIMENTOS

Até mesmo quando achei que não conseguiria, veio uma grande inspiração e por isso agradeço a Deus, pois sei que ele sempre está comigo e me direciona. Obrigado senhor!

Agradeço a todos os professores, pois carregarei um pouco de cada um ao longo de minha vida.

A minha orientadora Glória, que em um momento turbulento não me deixou desistir, pela paciência e por dividir seu conhecimento.

Agradeço especialmente aos meus pais, pois sempre me deram amor e me ensinaram princípios que sempre carregarei. A meu pai, exemplo de coragem, de honestidade, de luta, de perseverança e caráter. Obrigada, mãe, pelo exemplo de doçura, de paciência, de superação e por sempre ter palavras para me guiar.

A minha esposa pelo companheirismo, compreensão e por estar ao meu lado durante toda essa jornada.

Aos meus companheiros de turma, em especial: Haylton, Mário, Leonardo, Jane Cléa, Gisele, Regiane, Talita, Raissa, Clemilton, Juliane e Jussara.

Os Brancos só contaram um lado. Contaram o que lhes agradava.  
Contaram muita coisa que não é verdade. Só as  
melhores ações deles, só as piores ações dos índios, foi  
o que o homem branco contou.  
(Lobo Amarelo)  
Enterre Meu Coração Na Curva Do Rio

## RESUMO

A presente pesquisa objetivou discorrer sobre o processo da ocupação portuguesa no Maranhão, destacando tensões e conflitos que marcaram o papel e a resistência indígena nesse processo, a partir da presença e expulsão dos franceses. Reconstitui e analisa os conflitos entre índios e colonos, resultantes das frentes de ocupação que se interiorizaram pela capitania do Maranhão. Observa ainda, nesse processo de ocupação, que o uso generalizado do termo “índio” além de não distinguir as diferentes nações que habitavam a terra, ensejou uma confusão por parte das autoridades e principalmente por parte dos colonos, como é percebido na pouca precisão de termos tais como “índio hostil”, “gentio de corso” e “tapuia de corso”, aplicados a diferentes povos indígenas que habitavam as proximidades dos principais rios do Maranhão entre fim do século XVII e início do XVIII. Mostra que a ocupação desse território foi marcada por inúmeras guerras, frutos principalmente da resistência indígena à invasão e apropriação de suas terras, panorama em que surge a figura do “índio de corso”, apresentado pelas autoridades portuguesas como índios hostis, porque, em seu olhar, será esse índio que empreenderá a maior resistência contra a invasão portuguesa.

**Palavras-chave:** Ocupação territorial; Colonização portuguesa; Resistência indígena; Índio do Corso.

## ABSTRACT

This research aimed to discuss the process of the portuguese occupation in Maranhão, highlighting tensions and conflicts that marked the role and the indigenous resistance in this process, from the presence and expulsion of the french people. It reconstitutes and analyses the conflicts between indians and settlers, resulting from the occupational fronts that are have by the captaincy of Maranhão. It also notes, in this process of occupation, that the widespread use of the term "indian" besides not distinguishing the different nations that inhabited the land, entaced a confusion on the part of the authorities and mainly on the part of the settlers, as it is perceived in the little precision of terms such as "índio hostil", "gentil do corso" and "tapuia de corso", applied to different indigenous peoples who inhabited the vicinity of the main rivers of Maranhão between late 17th and early 18th century. It shows that the occupation of this territory was marked by countless wars, coming mainly of the indigenous resistance to the invasion and appropriation of their lands, scenario in which appears the figure of the "índio de corso", presented by the portuguese authorities as hostile indians, because, in his gaze, it will be this indian who shall undertake the greatest resistance against the portuguese invasion.

**Keywords:** Territorial occupation; Portuguese colonization; Indigenous resistance; Índio do Corso.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	10
2. OCUPAÇÃO E CONQUISTA DO MARANHÃO .....	12
2.1 A frente de ocupação e conquista do interior da capitania do Maranhão .....	26
3. A POLITICA DE CONQUISTA PORTUGUESA NO MARANHÃO E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS .....	33
3.1. A generalização do termo Índio .....	33
3.2. A jornada de João Velho do Vale e as diversas nações constatadas em sua missão ....	35
3.2.1. Os objetivos da Jornada .....	36
3.3. Ação militar e missionária do estado português no século XVII no Maranhão .....	40
3.4. As guerras no processo Colonial .....	42
3.4.1. As guerras Brasílicas .....	45
3.4.2. As guerras indígenas praticadas no Maranhão .....	47
4. CONFLITOS ENTRE “INDIOS DE CORSO”, COLONOS E AUTORIDADES PORTUGUESAS .....	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
6. REFERÊNCIAS .....	63

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa versa sobre a resistência indígena à ocupação portuguesa das terras do Maranhão, a partir da expulsão dos franceses, enfocando as frentes que adentraram os sertões maranhenses. Isso porque à medida que os indígenas se mostraram mais aguerridos em defesa de suas terras, surgiram concepções estereotipadas, depreciativas, aviltantes acerca dos indígenas, por parte das autoridades portuguesas e dos colonos. Os desdobramentos resultantes do contato do colonizador português com os povos indígenas que habitavam previamente essa região tiveram como principais consequências conflitos violentos, expulsões, escravização e mesmo extinção de inúmeras nações indígenas.

O interesse por essa temática está relacionado ao fato de perceber que os indígenas, desde os primeiros contatos com os brancos, foram atores tão importantes quanto europeus e africanos no desfecho da história colonial em toda América portuguesa. Para o entendimento das relações estabelecidas entre colonizadores e indígenas, nesse movimento de interiorização e embates ocasionados por esse contato, foi de extrema importância explorar documentos relativos às frentes que ocuparam e exploraram a capitania do Maranhão.

Realizou-se o estudo por considerar relevante compreender os desdobramentos ocorridos no embate cultural entre indígenas e portugueses, no qual os últimos se consideravam tecnológica e culturalmente superiores. Nessas circunstâncias, foram os indígenas relegados a um papel marginal e depreciativo pelos colonos, fato corriqueiramente relatado em muitos documentos coloniais do Estado do Maranhão.

Durante a pesquisa, um dos principais desafios foi reconstituir e analisar como se deram as relações entre os colonos do Maranhão e a população indígena. Foi um Caminho árduo a ser percorrido, pois as lacunas são muitas e as limitações do pesquisador não permitiram uma investigação com a profundidade que o mesmo deseja alcançar, porém se propôs retratar distintos contextos e a complexidade das relações entre colonos e nativos, objetivando entender avanços e recuos, continuidades e rupturas, guerra e paz, que marcaram a trajetória desses diferentes sujeitos ao longo do período colonial.

Para contextualizar e compreender a dinâmica da ocupação lusa, seus desdobramentos e a repercussão da figura do índio nesse período, a pesquisa foi apresentada em 3 (três) capítulos.

O primeiro apresenta os estratagemas muitas vezes frustrados de colonizar o Maranhão. Retrata os percursos realizados pelos portugueses a caminho do desbravamento da

capitania e o enfrentamento da oposição armada dos franceses. Juntamente com esse avanço levaram também as hostilidades e resistência dos indígenas diante das frentes que adentraram seus domínios, tendo como principal fonte de pesquisa a obra da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, intitulada *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*, na qual discorre sobre o processo de colonização das terras e a submissão dos nativos.

O segundo capítulo retrata principalmente as relações dos colonizadores com os nativos, discute a generalização do termo “índio” atribuído aos vários indígenas contatados de nações distintas, apoia-se na Jornada de João Velho do Vale para tratar as individualizações das nações indígenas, verificadas através dos contatos mantidos durante sua marcha ao interior do Maranhão. Relato importantíssimo por se tratar de um agente do governo português, que foi enviado para desvendar um caminho por terra que ligasse o Estado do Maranhão ao Estado do Brasil, e durante essa busca mapeou os principais rios que banhavam o Maranhão, como também fez alianças com os nativos das regiões que esteve. No mesmo capítulo, ainda no contexto das guerras no período colonial, apresenta-se também a importante obra *Guerra dos Bárbaros*, de Pedro Puntoni, que trata dos conflitos no nordeste do Brasil entre os anos de 1650 a 1720, literatura de salutar importância para compreender as significações das guerras na América portuguesa.

Finalizando, no terceiro capítulo é feita uma análise sobre as representações construídas pelos colonizadores sobre “índio de corso”, entre elas a de que o “índio de corso” era hostil e bárbaro. Para definir esse índio dito de “corso” foi realizado um apanhado em algumas obras como *Anais históricos do Estado do Maranhão* e *Chrônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*, que retratam quem é esse índio e porque é chamado de “corso”. Buscou-se também nesse capítulo trazer à luz os aspectos depreciativos atribuídos aos nativos do Maranhão como estratégia dos colonos para despertar ou implantar uma visão de um índio hostil e opositor, de forma a mascarar e justificar a violência que marcou o processo de colonização lusa, seguramente encontrados nos registros preservados no Arquivo Histórico Ultramarino.

## 2 OCUPAÇÃO E CONQUISTA DO MARANHÃO

A primeira tentativa de conquista e colonização do Maranhão se deu em 1535, por iniciativa privada, tendo como associados João de Barros, que ocupava o cargo de feitor das Casas da Índia e Mina, Fernão Álvares de Andrade, tesoureiro-mor da Fazenda Real e Aires da Cunha, afamado comandante de além-mar, responsável pelo comando da expedição.<sup>1</sup>

De acordo com Mário Meireles, essa expedição, que era composta “de 10 navios, 900 homens de arma, inclusive 113 cavalos, servida de farta munição”, saíra “de Lisboa no mês de novembro de 1535, trazendo, além de um representante de Fernão d’Álvares de Andrade, dois filhos de João de Barros”.<sup>2</sup> Como se vê, tratava-se de um empreendimento vultoso, sendo considerado o segundo maior enviado a terras portuguesas de ultramar, uma vez que seu aparato só teria sido superado por aquele com o qual contava a esquadra de Pedro Álvares Cabral, despachada para as Índias com treze naus e 1200 homens.<sup>3</sup>

Entretanto, tamanho investimento não rendeu aos associados da empresa o resultado esperado, isto porque parte da armada acabou naufragando na costa maranhense. Referindo-se ao fato, diz J. F de Almeida Prado, que neste naufrágio morreu Aires da Cunha, “levando consigo muitas ilusões da sociedade acerca do empreendimento”.<sup>4</sup>

Apesar da dimensão do sinistro, sobreviveram alguns membros da expedição, que terminaram por se estabelecer na Ilha do Maranhão, onde teriam sido hostilizados pelos nativos instigados pelos franceses, de acordo com Almeida Prado.<sup>5</sup> A respeito deles, diz Meireles que a morte de parte dos expedicionários não implicou em total desânimo dos que sobreviveram - dentre os quais se encontravam dois filhos de João de Barros -, pois persistiram na procura do ouro, objetivo maior da expedição. Razão porque, ainda em conformidade com mesmo autor, nos dois anos em que permaneceram nestas terras, “atiraram-se ao curso do rio Marañon, em verdade o Mearim, em busca do *infinito oro*”. Durante esse

---

<sup>1</sup> MEIRELES, Mário M. **João de Barros, primeiro donatário do Maranhão**. São Luís: ALUMAR, 1996, p. 68;

<sup>2</sup> Ibid., p. 70.

<sup>3</sup> Ibid., p. 71.

<sup>4</sup> PRADO, J. F de Almeida. O regime das capitânias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de ( dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 120.

<sup>5</sup> Ibid.

breve tempo, também teriam erguido a povoação de Nazaré e um forte.<sup>6</sup> Relata o referido autor que:

Na terra deixariam, de lembrança, além daquela povoação e do forte, que haviam começado a edificar na ilha a que chamaram Trindade, e de duas outras fortificações menores, supostamente localizadas, uma, na foz do Mearim, e outra na confluência de seu tributário Pindaré, mais aqueles jovens índios barbados que eram seus filhos com as nativas com que haviam convivido naqueles dois anos, pois que foram bem recebidos da gente que ali habitava, e delas inclusive.<sup>7</sup>

Com o fracasso da primeira tentativa de colonizar o Maranhão, mais duas foram organizadas. Em 1550 foi montada uma segunda expedição, desta feita, financiada exclusivamente por João de Barros, e sob o comando “daqueles seus dois filhos – Jerônimo e João, que havia mandado, em 1535, com Aires da Cunha”.<sup>8</sup> Finalmente, uma terceira expedição foi organizada, em 1555, cujas informações de que dispomos são devidas a Jerônimo de Barros.<sup>9</sup> Frustradas as primeiras tentativas de ocupação e colonização portuguesa no Maranhão, esta região ficou vulnerável aos ataques de várias nações estrangeiras.

Como é sabido, em consequência da crise sucessória provocada pela morte de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, no ano 1578, as coroas de Portugal e Espanha se uniram formando a União Ibérica.<sup>10</sup> A partir desse fato, diversas nações europeias passaram a ameaçar mais firmemente as possessões hispano-lusas, principalmente as do norte do Brasil. “Esses concorrentes na guerra pelo domínio do comércio atlântico são principalmente identificados como: ‘invasores’ (franceses), ‘piratas’ e traficantes (ingleses e irlandeses), ‘rebeldes’ (holandeses) e, ainda, ‘aventureiros’ (italianos)”.<sup>11</sup>

A presença de várias nações estrangeiras em território do antigo império português forçou a coroa espanhola a adotar medidas com o intuito de proteger seus domínios ultramarino. Com esse objetivo, o governador do Brasil, Gaspar de Sousa, ordenou uma viagem chefiada pelo capitão do Ceará, Martim Soares Moreno, à costa do Maranhão, em 1613. Esse capitão tinha como incumbência não só fazer o reconhecimento da dita costa,

---

<sup>6</sup> MEIRELES, Mário M. op. cit., p. 74.

<sup>7</sup> Ibid., p.75.

<sup>8</sup> Ibid., p.79.

<sup>9</sup> Ibid., p.80.

<sup>10</sup> HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado**: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 125 a 132.

<sup>11</sup> CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596 - 1626). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 31, 2011, p. 321.

como informar sobre a presença estrangeira ali. Outro fator determinante para o envio dessa expedição foi o temor de possíveis alianças dos nativos com franceses, holandeses, ingleses e outros europeus que rondavam o litoral.<sup>12</sup> Quanto à real possibilidade de isso acontecer, é importante observar que em 1613, quando da expedição de Martim Soares, os franceses já estavam instalados na Ilha do Maranhão e mantinham fortes laços com os Tupinambás que nela habitavam.

De fato, as investidas estrangeiras no Brasil - no Norte principalmente - eram frequentes, tanto assim que em 1596, ingleses e holandeses já haviam atingido o delta amazônico, onde deram início à “montagem de feitorias e de pequenos estabelecimentos militares que lhes garantissem a aventura”<sup>13</sup>, de conquistar terras no Novo Mundo.

A princípio, as incursões ligavam-se aos propósitos de concorrência individual aos espanhóis. Pequenas expedições partiam de portos batavos e ingleses e atingiam o litoral da Guiana, penetrando após pelo Amazonas. Fidalgos e mercadores, de mãos dadas, participavam do negócio. Duas pequenas companhias, organizadas em Flessingen e em Londres, financiaram e incentivaram, posteriormente, o empreendimento. O comércio que se estabeleceu compreendia a produção extraída da floresta, o urucu e madeiras, principalmente. O pescado, salgado, também era objeto de mercancia. Por fim, significando propósito de permanência, começaram o cultivo de cana e de tabaco.<sup>14</sup>

Diante dessa realidade, parece inquestionável que algumas nações estrangeiras pretendiam apropriar-se de terras ibéricas, entre elas a França, a respeito do que Alírio Cardoso diz:

Diferentemente de ingleses e holandeses, que nos primeiros anos montam pequenos complexos comerciais e feitorias às margens dos rios, os franceses organizaram uma ação que, mesmo com limitadas proporções, implicava uma ocupação militar-civil, entre 1612 e 1615.<sup>15</sup>

Em 1555, os franceses tentaram estabelecer uma colônia no Rio de Janeiro, de nome França Antártica, mas não obtiveram sucesso nessa empresa, sendo expulsos da Guanabara pelo então governador do Estado Brasil, Men de Sá. Mesmo assim continuaram os franceses a comercializar com os nativos, principalmente nas áreas distantes da fiscalização portuguesa.

---

<sup>12</sup> Ibid., p. 322 - 324.

<sup>13</sup> AB’SABER, Aziz N. A ocupação portuguesa do vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 284.

<sup>14</sup> Ibid.

<sup>15</sup> CARDOSO, Alírio. op. cit., p.325.

Nesse sentido, observa Olga Pantaleão que “iam as naus francesas constantemente buscar pau-brasil nas terras do Rio Real, até que se fez uma povoação junto ao referido rio”<sup>16</sup>, embora sem informar precisamente por onde se estendia o curso desse rio.

Malgrado o fracasso de sua primeira tentativa de fundar uma colônia em terras ibéricas, os franceses não abandonaram esse projeto. Assim, em 1612, com o apoio dos Tupinambás, instalaram-se no Maranhão, com o objetivo de fundar em sua terra uma França Equinocial. Ao se referir sobre o assunto, Maria de Lourdes Lauande Lacroix ressalta que sendo a “terra promissora, livre da posse dos descobridores e habitada por nativos amigos, suscitou o interesse francês de fundar uma colônia no Maranhão”.<sup>17</sup>

Assim, logo que aportaram na Ilha do Maranhão, Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière e François de Razilly, comandantes do empreendimento francês, ordenaram a construção de um forte que visava proporcionar segurança aos recém chegados, fato exposto por Abbeville na seguinte narrativa: “Reconhecendo os índios a necessidade dêsse forte, por ser tanto de seu intêresse como do nosso, começaram imediatamente a trabalhar [...] edificando logo cabanas para os franceses”.<sup>18</sup> Relata ainda o mesmo autor, que fazia parte desse conjunto de obras um armazém que serviu para acomodar a carga dos navios. Afastado do forte, e próximo a uma bela fonte, ergueram uma cabana ampla, - que pela descrição serviu de habitação para os missionários franceses – e ao lado daquela foi erguida outra para as celebrações religiosas. Este local recebeu o nome de convento São Francisco.

De acordo com a historiadora Lauande Lacroix, o forte construído pelos franceses na Ilha Grande do Maranhão recebeu “o nome de Saint-Louis, em homenagem a Luís XIII”.<sup>19</sup> Ainda sobre as edificações necessárias para a implantação da colônia, informa Yves d’Evreux a respeito de uma capela construída dentro do forte, em devoção a São Luís, cuja instalação deveria contribuir para o acréscimo das práticas religiosas desenvolvidas pelos capuchinhos na Ilha.<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> PANTALEÃO, Olga. Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 284, p. 181.

<sup>17</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos.** São Luís: Editora UEMA, 2008, p. 27

<sup>18</sup> ABBEVILLE, Claude d’. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 58.

<sup>19</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. op. cit., p. 29.

<sup>20</sup> EVREUX, Yves d’. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614.** São Paulo: Sciliano, 2002, p. 68.

Reproduzindo uma prática que marcou o processo de desvendamento e conquista da América como um todo, da Ilha do Maranhão os franceses seguiram em frente, numa aventura que os levou até o Pará, onde fizeram contatos com diversas aldeias Tupinambás. No curso desse trajeto, a esquadra francesa aportou em várias aldeias dessa nação, que se aliaram a eles, o que foi fundamental para fortalecer seu contingente naval. “Nessas [...] povoações de índios do Pará, os franceses recrutaram os remadores de suas canoas para subirem o Tocantins e Araguaia”.<sup>21</sup>

Na última delas, situada a sessenta léguas do “rio Pará”, [...] “todos os principais desses lugares” lhes pediram que fossem “guerrear os Camarapins, seus inimigos”. Aceito o pedido pelos franceses, em aliança com Tupinambás do “rio Pacajares e do Parisop”, o exército que se formou deu violento combate aos Camarapins, que resistiram o quanto puderam com suas estratégias e armas, “pois antes queriam morrer do que cair nas mãos dos Tupinambás”.<sup>22</sup>

Essa viagem que se iniciou na Ilha do Maranhão e atingiu o Pará, foi interrompida após a notícia de que uma embarcação portuguesa foi vista próxima a Ilha Grande, forçando o comandante Daniel de la Touche retornar à ilha e reforçar suas defesas.<sup>23</sup>

Informado, em outubro de 1612, sobre a presença dos franceses no Maranhão, o monarca espanhol Felipe III ordenou ao governador do Brasil, Gaspar de Sousa, a preparação de uma expedição com o objetivo de expulsar os franceses que haviam invadido seus domínios na América, porém sua expulsão definitiva só aconteceria em 1615.<sup>24</sup>

Confirmada à ameaça inimiga, deu-se início aos preparativos da armada com destino ao Maranhão, embora o governo da Bahia tivesse poder de guerra limitado, de modo que “estava incapacitado econômica e militarmente para operar uma guerra contra os franceses no Maranhão”.<sup>25</sup> Contudo, devido a importância dessa expedição, mesmo não dispondo do mínimo necessário, uma esquadra partiu da Bahia em 23 agosto de 1614, sendo comandada pelo sargento-mor do Brasil, Diogo de Campos Moreno. Essa força naval era composta por 100 homens de mar e guerra, cinco caravelões, dois navios redondos e uma caravela. Esta

---

<sup>21</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVII: a guerra no Maranhão, 1614 - 1615**. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2014, p. 39.

<sup>22</sup> EVREUX, Yves d'. op. cit., p. 82 - 83

<sup>23</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. op. cit., p.33.

<sup>24</sup> CARDOSO, Alírio. op. cit., p. 326.

<sup>25</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p. 54.

esquadra seguiu para o Rio Grande, onde se encontrava o capitão-mor Jerônimo de Albuquerque.<sup>26</sup> Reunidos os comandantes, fez-se a soma dos alistados que faziam parte da tropa de guerra que lutariam no Maranhão, cujo efetivo era formado por:

234 índios guerreiros chefiados por 12 caciques, que vieram até ali para dar reforço aos marinheiros e soldados portugueses que haviam chegado com o sarjento-mor do Estado do Brasil. Somavam-se a esse efetivo o cacique Camarão acompanhado de 30 índios frecheiros e “mais 300 bocas de mulheres e crianças”.<sup>27</sup>

Com esse efetivo, a esquadra partiu do Rio Grande do Norte em 5 de setembro de 1614, indo aportar no Ceará, onde pretendiam seus comandantes recrutar mais combatentes para a conquista do Maranhão. Isso porque se achava que, como o capitão Martin Soares Moreno constituíra relação amigável com os povos da região, por meio dele seria possível firmar alianças com os Tabajaras, de Ibiapaba, e os Tremembés, os quais deveriam auxiliar a expedição no combate ao inimigo sediado na Ilha do Maranhão.<sup>28</sup> No entanto, no Ceará, foram incorporados à expedição apenas dez índios e o filho do cacique Jacaúna, ocorrendo ali mais baixa na tropa do que engajamento, pois, dos aliados nativos que haviam embarcado no Rio Grande, quarenta optaram por ficar em terras cearense.<sup>29</sup>

Enfim, em 12 de outubro a armada seguiu seu destino rumo às terras maranhenses. Com base nos registros que sobreviveram sobre essa expedição, informa Holanda que ela contava agora com “500 homens de armas, incluídos nesse número cerca de 200 índios frecheiros”.<sup>30</sup> Porém, de acordo com João Capistrano de Abreu, ela era formada por apenas 220 soldados portugueses, 60 marítimos e 300 índios frecheiros<sup>31</sup>, sendo notória a divergência entre esses autores quanto ao número de expedicionários.

Guiados por Sebastião Martins, experiente piloto e profundo conhecedor daquela costa, alcançou a barra do Preá – também chamado de Perajá – na noite do dia 13 de

---

<sup>26</sup> Ibid., p. 54 - 65.

<sup>27</sup> Ibid., p. 65.

<sup>28</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p. 66.

<sup>29</sup> Ibid.

<sup>30</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Os franceses no Maranhão. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 252.

<sup>31</sup> ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 107.

outubro.<sup>32</sup> A decisão de permanecer ou não naquele local foi motivo de conflito entre o comandante Jerônimo de Albuquerque e seu imediato Diogo de Campos Moreno. Queria Albuquerque prosseguir o mais rápido possível para Ilha do Maranhão e avançar contra os franceses, sendo Diogo de Campos Moreno contrário a esse projeto, defendendo a necessidade de se fortificar aquela barra contra possíveis investidas francesas àquele local.<sup>33</sup> Para Lacroix, a posse daquela terra em nome do rei espanhol deu-se quando “Plantaram uma grandíssima cruz de forte madeira, por padrão e posse tomada desta primeira barra do Perajá”.<sup>34</sup>

Superadas as divergências entre os dois chefes militares, em entendimento mútuo decidiram enviar, em 15 de outubro, um batel para sondar de maneira sigilosa os contornos da Ilha Grande.<sup>35</sup> Em 20 de outubro retornou a dita embarcação sem notícias dos franceses, trazendo, contudo, informações sobre as grandezas da região.<sup>36</sup> Segundo Lacroix, “com a notícia de terem achado um bom local em matéria de abastecimento d’água, bem sombreado e imperceptível ao inimigo”<sup>37</sup>, seguiram os expedicionários para o local indicado, onde possivelmente foi construído o forte das forças militares portuguesas.

Partiu, enfim, a dita expedição, encontrando, porém, no caminho grandes obstáculos, a exemplo da travessia de igarapés estreitos, que dificultavam a navegação, o impossível prosseguimento da viagem com maré baixa, razão porque a travessia de dezoito léguas durou cinco dias.<sup>38</sup> Em 26 de outubro de 1614, já em Guaxenduba, após a averiguação do engenheiro Francisco Frias, foi escolhido o local onde deveriam construir o forte, o qual ficava próximo a um lugar onde havia boas madeiras, boa água e pedras para sua construção, a qual teve seu início em 28 de outubro de 1614.<sup>39</sup>

Vários combates ocorreram depois da instalação portuguesa nas proximidades da Ilha Grande, destacando-se aqui apenas aquele que entrou para história militar dos lusos brasileiros como batalha de Guaxenduba, a qual teve lugar no dia 19 de novembro. Dia esse

---

<sup>32</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., p. 252.

<sup>33</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op.cit., p. 68.

<sup>34</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **Jerônimo de Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial**. São Luís: Editora da UEMA, 2006, p. 73.

<sup>35</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p. 70.

<sup>36</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., p. 252.

<sup>37</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. op. cit., p. 75.

<sup>38</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. op. cit., p. 252.

<sup>39</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p. 73, 74.

que amanhecera com a enseada de Guaxenduba repleta de embarcações, que ali se encontravam para dar combate aos ocupantes do forte Santa Maria, nome dado ao forte português. Para tanto, silenciosamente, franceses e índios tomavam posições, mas eram observados pelos comandantes e soldados portugueses e luso-brasileiros que, de dentro do forte, observavam toda a movimentação do adversário.<sup>40</sup>

A composição e soma das tropas de franceses e indígenas que foram até a praia de Guaxenduba dar combate aos portugueses foi reconstituída por João Capistrano de Abreu. Segundo ele:

Os franceses desembarcaram com duzentos homens infantes, mais de dois mil índios; como reserva ficou La Ravardière a bordo, acompanhado de cem soldados. Transportaram esta força cinquenta e sete embarcações, das quais as três tomadas alguns dias antes, e cinquenta canoas.<sup>41</sup>

Para o enfrentamento desse contingente, os portugueses, liderados pelo mameluco Jerônimo de Albuquerque, fizeram uso de um estilo de guerra que havia se desenvolvido no Brasil e que em nada se parecia com o da Europa. Assim, o ataque surpresa e a tática de emboscadas, estratégias de guerrilha, enfim, próprias da “guerra de selva”, foram aquelas utilizadas em Guaxenduba, à semelhança daquelas que o governador Men de Sá fizera uso, em 1565, para expulsar os franceses do Rio de Janeiro.<sup>42</sup> Dado que impõe observar que teria sido justamente essa arte diferente de combater que teria assegurado a vantagem dos portugueses sobre o inimigo.

Enquanto os franceses e seus aliados indígenas desembarcavam e tomavam posições, os comandantes portugueses organizavam sua estratégia, em virtude da qual decidiram dividir a tropa em dois grupos. O primeiro tinha na sua liderança Jerônimo de Albuquerque, secundado por Francisco Frias e pelo capitão Sousa d’Eça, oitenta índios frecheiro e setenta e cinco soldados, e deveria ocupar a montanha. O segundo grupo, liderado por Diogo de Campos Moreno, que contava com o apoio de Antônio de Albuquerque, parte da corporação do forte e alguns indígenas, efetivo esse que deveria ocupar posição na praia, para o que deveria aguardar o sinal de Albuquerque para iniciar a batalha.<sup>43</sup>

Com a chegada de uma carta do comandante francês dirigida a Jerônimo de

---

<sup>40</sup> Ibid., p.86.

<sup>41</sup> ABREU, João Capistrano de. op. cit., p. 108.

<sup>42</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p.82; 86 .

<sup>43</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. op. cit., p.87, 89.

Albuquerque, sugerindo sua rendição, iniciou-se então a ofensiva portuguesa. Em um ataque simultâneo, pela praia e pela montanha, os portugueses avançaram, ganhando posições dos inimigos e dando cabo de muitos deles, entre os quais morreu o comandante francês Monsieur De Pezieux.<sup>44</sup>

Com o avanço português, os índios aliados dos franceses recuaram, de modo que, sem seu apoio, os franceses, que continuavam lutando bravamente, tentaram alcançar suas embarcações, no que foram impedidos por Jerônimo de Albuquerque. Novo combate então se deu, o qual foi reconstituído por João Renôr de Carvalho, que assim diz:

Com este aviso e diálogo, o capitão-mor retomou suas armas, munições, mantimentos e se acompanhou de seu filho, Antônio de Albuquerque, de seu alferes Cristovão Vaz e de muitos outros soldados em perseguição aos franceses entrincheirados na montanha dentro da mata. A primeira investida foi contra o “língua-mor” dos índios (intérprete da língua francesa), chamado Turcou. O exército dos Tupinambás ao ver seu intérprete caído morto ficou desorientado por falta de comando. Muitos guerreiros Tupinambás e soldados franceses também morreram nesse ataque surpresa.<sup>45</sup>

Ainda que em menor número, os portugueses causaram grandes estragos no exército francês, de modo que ao se referir a esse episódio, João Capistrano Abreu forneceu os seguintes dados: mais de noventa combatentes franceses morreram arcabuzados ou passados a fio de espada; cerca de cento e setenta morreram afogados, tentando alcançar os barcos; quarenta e seis canoas foram incendiadas; nove soldados foram capturados; parte de seus equipamentos bélicos foi apreendida, sendo duzentas armas, entre arcabuzes e mosquetes, prejuízo aumentado com a perda de quatrocentos de seus indígenas.<sup>46</sup> Por esses relatos, fica evidente que a combinação de táticas de guerrear dos portugueses e dos indígenas aliados foi determinante para a vitória contra os franceses.

Após a derrota, o comandante francês La Ravardière enviou cartas a Jerônimo de Albuquerque, a primeira, recebida em 21 de novembro, tendo um teor marcadamente acusatório, o qual, após a resposta de Albuquerque, foi gradativamente dando lugar a um acordo de paz. Entre 27 de novembro e dezembro de 1615 foi estabelecida trégua entre os comandantes. Porém, o acordo de paz não foi recebido de bom grado na corte, onde as articulações para expulsar os franceses definitivamente do Maranhão seguiam em ritmo

---

<sup>44</sup> Ibid., p.90-91.

<sup>45</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p.82; 89.

<sup>46</sup> ABREU, João Capistrano de. op.cit, p. 109.

acelerado.<sup>47</sup> Uma esquadra chefiada por Alexandre de Moura, partiu de Recife a 5 de outubro, para o Maranhão, com o objetivo de expulsar os invasores. Assim, em 1 de novembro, a armada do dito comandante entrou na baía de São Marcos, enquanto Jerônimo de Albuquerque seguia por terra com sua tropa. A capitulação dos franceses se deu no dia 3 do mesmo mês, tendo La Ravardière sido “intimado a entregar a colônia e a fortaleza, com toda a artilharia e munições existentes dentro e fora dela, com todos os navios grandes e pequenos”.<sup>48</sup>

Concluída essa missão, deu-se então início à efetiva ocupação portuguesa do Maranhão, processo que desde logo enfrentou a resistência de povos indígenas que habitavam nas circunvizinhanças da ilha, pois tiveram os luso-brasileiros que controlar dois levantes nas regiões de Cumã e Tapuitapera, sublevações essas que aconteceram durante o governo do capitão-mor da conquista, Jerônimo de Albuquerque.<sup>49</sup> Os primeiros confrontos registrados aconteceram nos anos de 1616 a 1619, ocasião em que Bento Maciel Parente e Matias de Albuquerque dizimaram Tupinambás da ilha e do litoral oeste<sup>50</sup>, contudo a violência desses embates viria a ser uma prática constante no processo de ocupação e expansão colonial.

Instalado ainda no Maranhão, Alexandre de Moura enviou Francisco Caldeira de Castelo Branco ao Pará, para onde foi acompanhado de cento e cinquenta homens, três navios e dez peças de artilharia e onde construiria a “fortaleza de Presepe”.<sup>51</sup> Ao se reportar a essa expedição, informa Carvalho que a dita armada saiu da Ilha do Maranhão no dia 25 de dezembro. Essa construção recebeu o nome de forte do Presépio em homenagem àquela data de partida. Nesse local teve origem a povoação de Belém do Pará<sup>52</sup>, isso porque nas tradições militares portuguesas, a construção de um forte quase sempre significava o início de um povoamento permanente.

O conflito entre portugueses e nativos na região amazônica se deu, num primeiro momento, devido as relações de soldados portugueses com mulheres Tupinambás. Por outro lado, a frequência e a violência desses confrontos foram responsáveis pelo declínio da

---

<sup>47</sup> Ibid., p. 109 - 110

<sup>48</sup> Ibid., p. 111.

<sup>49</sup> LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. op. cit., p.117-118.

<sup>50</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992. p. 65.

<sup>51</sup> ABREU, João Capistrano de. op. cit., p. 111- 112.

<sup>52</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p. 123.

população nativa do sexo masculino, a este respeito Carvalho dá mais informações ao fazer o seguinte esclarecimento:

Quando esses acasalamentos não se davam de maneira pacífica, os soldados invadiam as aldeias, matavam os homens e sequestravam as mulheres, trazendo-as para a convivência. [...] Em renhida guerra que os portugueses da Fortazela do Presépio moveram contra o povo aruá da Ilha do Marajó foram escravizados 360 pessoas com morte de quase mil guerreiros tribais. A prática da época era matar os homens na guerra e escravizar as mulheres e crianças.<sup>53</sup>

Diante disso, é facilmente perceptível que, desde seu início, o contato entre nativos e portugueses foi marcado por conflitos, o que só foi se acentuando à medida que as frentes de ocupação adentravam os “sertões”. A frente de ocupação que seguiu os cursos dos rios Itapecuru, Munin, Mearim e Pindaré, por exemplo, foi responsável por afastar inúmeras nações indígenas que viviam nesse espaço, empurrando-as sempre para longe de seu lugar de origem.<sup>54</sup>

Para o povoamento dos dois primeiros centros da região, São Luís e Belém, verificou-se grande empenho nesse sentido. Para tanto, foram trazidos homens e mulheres para ocupar essas terras, sendo esses oriundos principalmente dos Açores e da Madeira. As primeiras levas vieram sob o encargo de Simão Estácio da Silveira - grande propagandista das terras do Maranhão e Pará -, e Jorge Lemos Bitencourt, por cujos empenhos começaram os portugueses a povoar a Costa Norte.<sup>55</sup>

Em decorrência desse movimento, dos inícios do século XVII até fins do século do XVIII, ocorreram na capitania do Maranhão diversos conflitos envolvendo colonos, autoridades do governo e povos nativos. Na segunda metade do século XVII, os ataques indígenas foram responsáveis pelo despovoamento de vários estabelecimentos já ocupados por colonos no Maranhão. Conflitos esses que também foram verificados ao longo do século XVIII, a exemplo daqueles ocorridos no governo de Manuel Rolim de Moura (1702-1705).<sup>56</sup>

Como é sabido, a capitania do Maranhão foi ocupada por duas frentes distintas de povoamento: a do litoral, que teve os rios Itapecuru, Munim, Mearim e Pindaré como as únicas vias de acesso ao interior da dita capitania e constituiu a frente iniciadora de seu

---

<sup>53</sup> Ibid., p.123.

<sup>54</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p.65.

<sup>55</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. op. cit., p.124, 125.

<sup>56</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**. São Paulo, nº. 168. janeiro / junho, p. 167-200. 2013. p. 170, 177.

desbravamento. A frente do interior, que atingiu a região sul do Maranhão somente em inícios do século XVIII, foi responsável pela ocupação do sertão maranhense, dando-se tardiamente em relação ao litoral e áreas próximas.<sup>57</sup>

Como não poderia deixar de ser, as duas frentes que ocuparam a capitania do Maranhão pretendiam desenvolver atividades econômicas em suas mais diversas regiões, aproveitando suas potencialidades. O cultivo de arroz e algodão foram as principais atividades econômica desenvolvida na região norte, enquanto na grande região de Pastos Bons, ao sul da capitania, desenvolveu-se a criação de gado.<sup>58</sup>

A cidade de São Luís foi o ponto de partida da frente expansionista denominada litorânea, a qual foi organizada pelo Estado e tinha como objetivo ampliar a conquista portuguesa na região. Essa ocupação, porém, foi responsável por expulsar povos como os Tupinambás, Guajajaras, Barbados, Tremembés, Gamelas, Guanazes, Aranhis, Uruatis e Guanarés de seus territórios, ressaltando-se as diversas nações indígenas que foram totalmente dizimadas nesse processo.<sup>59</sup>

O rio Itapecuru foi uma das principais vias de acesso ao interior do Maranhão, por ser o mais extenso que se conhecia na região, possuir boa navegabilidade e várzeas fecundas, fatores que contribuíram para que fosse muito cobiçado pelos portugueses. Afinal, ele era não só porta da entrada para o alto sertão, como também via de acesso para outras capitanias. Entre 1615 e 1626, fixaram-se nas terras próximas à sua foz alguns imigrantes açorianos, ali também foram erguidos alguns engenhos, inclusive um dos jesuítas, que em 1649 foi atacado por Uruatis, em consequência do qual foram mortos alguns clérigos.<sup>60</sup>

Os quatros principais rios do Maranhão, já mencionados anteriormente, tinham suas margens habitadas por diversas nações indígenas, cuja distribuição nesse vasto espaço o sertanista João Velho do Vale tratou de registrar: no Munin se encontravam os Caí-Caí; os Guaretis amigos dos Caí-Caí habitavam o médio e alto Itapecuru e Mearim; nas nascentes do Itapecuru viviam os Guaxinarés, distante dos Guaretis três dias de caminhada pela floresta.<sup>61</sup> A região do rio Pindaré era habitada principalmente por uma nação de língua Tupi,

---

<sup>57</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 65, 107.

<sup>58</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memória dos sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 108.

<sup>59</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 61, 67.

<sup>60</sup> Ibid., p. 66 - 67.

<sup>61</sup> CARVALHO, João Renôr de. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina, Edufpi, 2015, p. 33,34.

denominada Guajajaras ou Tenetehara.<sup>62</sup> Com essa concentração de povos indígenas, essa região seria palco de violentíssimos e sucessivo confrontos entre indígenas e colonos.

Como já dito, nessas áreas foram instalados os primeiros empreendimentos coloniais portugueses. Na foz do rio Itapecuru, por exemplo, foram construídos os primeiros engenhos, mais seis sendo levantados entre os anos em 1641-1644, durante o domínio holandês. Seguindo o curso do rio Pindaré, várias fazendas se espalharam, muitas das quais sendo de propriedades dos jesuítas.<sup>63</sup> Ainda sobre a importância desses rios, registrou Francisco de Paula Ribeiro: “O terreno vizinho à foz daqueles primeiros quatros é povoado de fazendas de gado vacum”.<sup>64</sup> O cultivo do algodão, sabe-se que foi intenso e extensivo nessa área, principalmente na ribeira do Itapecuru, desde os primórdios da colonização, pois, como salienta Cavalcanti Filho, foi cultivado no Maranhão desde as primeiras décadas do domínio português, servindo inclusive como moeda de troca.<sup>65</sup> Outro produto cultivado foi o arroz vermelho, que por ser considerado de baixa qualidade e não ter aceitação no mercado estrangeiro, foi substituído pelo arroz branco de Carolina, sendo obrigatório apenas o cultivo deste, no governo de Joaquim de Melo e Póvoas, como informa o dito autor.

Na disputa por espaço, nativos e colonos se confrontavam, os primeiros defendendo suas terras enquanto os segundos cobiçavam não apenas as áreas indígenas, como também pretendiam usar os nativos como mão de obra escrava. Em face disso, os indígenas se tornariam motivo de discórdia entre jesuítas e colonos, num conflito em que era disputada a força de trabalho dos nativos, uma vez que eram explorados nas atividades extrativistas, coletando as famosas drogas do sertão, também na agricultura e mais serviços.<sup>66</sup>

Diante dessa violência que se espalhava pela colônia, as autoridades portuguesas organizaram tropas para combater os índios subversivos. No governo de Cristovão da Costa Freire, por exemplo, foi movida guerra contra a nação Aranhis e outros povos indígenas considerados “índios do curso”. Acusados de matarem Antonio da Cunha Souto Maior e aniquilarem um comboio, duas expedições foram organizadas com o objetivo de punir

---

<sup>62</sup> GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 105.

<sup>63</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 67, 71.

<sup>64</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 39.

<sup>65</sup> CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. **A questão jesuítica no Maranhão colonial (1622 - 1759)**. São Luís: SIOGE, 1990, p. 20-24.

<sup>66</sup> Ibid., p. 39.

severamente essa nação. A seriedade dessa guerra adquiriu notoriedade, pois na primeira investida dela fez parte o próprio governador. Na segunda, forças do Pará, aliadas às do mestre de campo do Piauí, Bernardo Carvalho de Aguiar, conseguiram reduzir por completo os índios Aranhis.<sup>67</sup>

Como é fácil perceber, à medida que a colonização avançava, os confrontos se tornavam cada vez mais inevitáveis, dando continuidade e ampliando um processo que teve início com uma missão chefiada por Matias de Albuquerque, a qual resultou na dizimação dos Tupinambás da ilha e do litoral ocidental. Paralelamente a isso, logo depois da expulsão dos franceses, Bento Maciel Parente adentrou por diversas vezes nos rios Pindaré e Mearim, cujas investidas possivelmente se estendeu ao Itapecuru, onde teria construído um forte.<sup>68</sup>

Com efeito, em 1616 o capitão Bento Maciel Parente incursionou pelo rio Pindaré, movendo guerra contra os Guajajaras que viviam naquela região, causando nessas incursões muitos estragos a essa nação. Os confrontos aconteceram também no litoral leste do Maranhão. Enviado para fazer o reconhecimento do rio Parnaíba e punir os Tremembés que habitavam a região, em 1697, Vital Maciel Parente castigou violentamente os ditos Tremembés, acusados de matar náufragos que haviam chegado às suas praias, sofrendo essa nação grandes perdas. Investidas feitas pelo o Sargento-Mor Domingos de Matos, vitimaram também muitos Guanazes em 1691.<sup>69</sup> Panorama por meio do qual é possível perceber que as populações nativas sofreram grandes baixas logo nos primeiros anos de contato com os colonizadores.

A despeito de toda essa violência, as expedições oficiais do governo português não se moldaram apenas em caráter punitivo contra os povos que resistiram a expansão colonial. Exemplo disso foi a missão de João Velho do Vale, determinada pelo governador do Maranhão, Gomes Freire de Andrada, para contatar as diversas nações que viviam na região dos rios Itapecuru, Munim, Icatu – o autor não informa a localização do referido rio - e Mearim, objetivando fazer pazes com os indígenas da região.<sup>70</sup> Outro método usado para convencer os nativos a se enquadrarem no projeto colonial, foi a persuasão, a cargo notadamente dos missionários. Segundo Cavalcanti Filho, “a presença das ordens religiosas na colônia, prendia-se [...] aos interesses pela conversão e educação dos nativos, instrumento

---

<sup>67</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. Op. cit., p.73-74.

<sup>68</sup> ABREU, João Capistrano de. op. cit., p. 152.

<sup>69</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 65-68.

<sup>70</sup> CARVALHO, João Renôr de. op. cit., p. 17.

de dominação da política colonial europeia”.<sup>71</sup>

Como foi exposto, o conjunto dos aparatos estatais foi responsável pela expropriação das terras às populações nativas, fosse mediante a guerra ou por meio da catequese, recurso que, contraditoriamente, também contribuiu para que inúmeras nações indígenas sobrevivessem à dizimação praticada pelos colonizadores.

## **2.1 A frente de ocupação e conquista do interior da capitania do Maranhão**

Distinta da frente de ocupação do litoral, a que ocupou o interior do Maranhão, tinha caráter privado. Dos estados da Bahia e Pernambuco partiram as boiadas que povoaram os sertões. O começo da dispersão foi na Bahia, de onde partiram duas frentes: uma seguiu o curso do rio São Francisco; a outra atingiu o Ceará e o Piauí, e posteriormente, o sul do Maranhão.<sup>72</sup>

A frente de ocupação, com origem na Bahia, estava ligada ao senhor da Casa da Torre, Francisco Dias D’Avila, possuidor de vasto território, era grande criador de gado e recebeu sesmarias, que se estendiam da Bahia, passando pelo médio rio São Francisco até o Piauí. O sertanista Domingos Afonso Sertão e o paulista Domingos Jorge Velho desbravaram os sertões, abrindo caminho para as boiadas. Não foram apenas esses a se beneficiarem com terras no Maranhão e Piauí, mais outras seis famílias baianas receberam terras nessas regiões.<sup>73</sup> Esse movimento, que deslocou o gado dos centros de produção de açúcar, teve como resultado a ocupação das terras do sul maranhense.

Certamente, a internalização da pecuária foi resultado do afastamento do seu ponto de origem em função da não adaptação da criação extensiva de gado com as plantações dos grandes canaviais. Assim, essas boiadas foram empurradas inicialmente para o Piauí, atingindo posteriormente o sul do Maranhão.<sup>74</sup>

O processo de ocupação se deu inicialmente nas proximidades do Parnaíba, onde as primeiras fazendas de gado foram instaladas. Na ribeira deste rio foi fundado, na primeira metade do século XVIII, o povoado de Pastos Bons, projeto resultante do avanço da conquista.<sup>75</sup> Ao se referir a essa região, Ribeiro, diz que “Domingos Afonso Sertão e outros

---

<sup>71</sup> CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. op. cit., p. 30.

<sup>72</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 103.

<sup>73</sup> Ibid.,p.103-104.

<sup>74</sup> Ibid.,p .105.

<sup>75</sup> Ibid.,p. 109.

seus companheiros [...], foram os primeiros que, passando aquém do Parnaíba, estabeleceram as primeiras povoações de Pastos Bons [...]”.<sup>76</sup> É provável que o vasto sertão do sul do Maranhão, conhecido como Pastos Bons, no período colonial, rico em bons pastos, deu origem ao nome da atual cidade maranhense de Pastos Bons.

Essas terras com bastantes rios perenes e florestas com clima agradável passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento pecuário na região. A frente de vaqueiros que penetrou essa região com o intuito de instalar seus currais nas ribeiras do Parnaíba e do Itapecuru, foi responsável pelo devastamento desses rios. Para Socorro Cabral<sup>77</sup>, esse avanço foi “[...] um trampolim para a penetração pelos amplos campos sul-maranhenses que representavam um convite à expansão da pecuária extensiva e itinerante. Bastava ultrapassar o rio e disputá-las com os indígenas, para tê-las à mão”.<sup>78</sup>

A atividade pecuária foi de extrema importância no início da ocupação e colonização do sertão maranhense. Esse processo de ocupação e desbravamento dessas terras foi um desdobramento da iniciativa sertanista que impulsionou a criação de currais cuja produção se destinava não ao litoral. Pois que o seu mercado consumidor era Pernambuco e Bahia.<sup>79</sup> Em 1751, já havia diversas fazendas nessa região, sendo trinta e cinco em Aldeias Altas e quarenta e quatro em Pastos Bons.<sup>80</sup>

Além disso, a pecuária representou, no século XVII, um elemento extremamente relevante para a economia maranhense, uma vez que a ocupação das terras do alto sertão contribuiu para o desenvolvimento da atividade pecuária na região.<sup>81</sup> Porém, isso não significou o fim da oposição litoral-sertão.

As frentes de ocupação encontraram em seu caminho diversos obstáculos, desde as dificuldades de acesso aos locais onde se desenvolveram as suas atividades econômicas, até o enfrentamento com as diversas nações indígenas que povoavam essas regiões. E foram esses povos indígenas que formaram uma barreira natural, dificultando o avanço da colonização portuguesa no interior da capitania do Maranhão. Para Ribeiro, “As povoações gentias, que ainda não domésticas se acham dentro dos territórios da capitania do Maranhão [...] são, com

---

<sup>76</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 110-111

<sup>77</sup> Ibid., p. 105.

<sup>78</sup> Ibid.

<sup>79</sup> Ibid., p. 111.

<sup>80</sup> ABREU, João Capistrano de. op. cit., p. 166.

<sup>81</sup> CAVALCANTE FILHO, Sebastião Barbosa. op. cit., p. 24.

efeito, assaz numerosas [...] tão prejudicial ao aumento geral desta colônia”.<sup>82</sup>

Com o avanço dos colonos pelo interior da capitania, em áreas habitadas historicamente por diversas nações indígenas ocorreram vários conflitos que resultaram no desaparecimento de diversas etnias. Segundo Gomes, “na história do Maranhão muitas etnias foram esmagadas nos primeiros anos de relacionamento inter-étnico e perderam esta condição essencial e mínima para sobreviver”.<sup>83</sup>

É importante destacar o interesse que as autoridades régias tinham em controlar a região em conflito, pois as capitanias do Maranhão e Piauí foram grandes centros de criação de gado. Na região dos Pastos Bons, a atividade econômica desenvolvida foi à criação de gado, cuja produção estava direcionada aos mercados do Nordeste.

A ocupação e conquista do sertão maranhense se deu pelo avanço das boiadas e instalações de várias fazendas na região. Entretanto, as frentes dos desbravadores encontraram a resistência de diversos povos indígenas. Expõe Ribeiro que lá viviam “[...] mais de oitenta mil almas gentias”.<sup>84</sup> As tribos Acoroá, Gueguê, Timbira, Kapietrã e Sakamekrã foram claramente resistentes à invasão de suas terras. A extrema violência foi o método usado pelos fazendeiros para submeter os nativos que resistiram à ocupação.<sup>85</sup>

As bandeiras foi o método usado pelos fazendeiros para sujeitar os indígenas. Essas expedições eram financiadas, principalmente, pelos criadores. Armas e munições eram fornecidas pelo Estado. Sobre o financiamento das expedições, Cabral discorre que, “para a realização das campanhas e do aldeamento, conforme ficou assentado no Termo de Junta, os fazendeiros das duas freguesias – das ribeiras do Parnaíba e Itapecuru - deveriam fornecer [...] quinhentas vacas, vinte e quatro cavalos e duzentos alqueires de farinha”.<sup>86</sup>

Os fazendeiros das ribeiras do Itapecuru e Parnaíba receberam da Junta das Missões em São Luís, em 1750, autorização para combater os Timbira, os Gueguê e os Acoroá, que causavam grandes estragos nas ditas ribeiras.<sup>87</sup> Posteriormente, um Termo de Junta foi assinado em Caxias em 1758, esse termo autorizava a guerra contra os Timbira e os Acoroá. As campanhas ficaram sob o comando do capitão João do Rego, era ele também responsável

---

<sup>82</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 157.

<sup>83</sup> GOMES, Márcio Pereira. op. cit., p.110.

<sup>84</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 192.

<sup>85</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 119-121.

<sup>86</sup> Ibid., p. 123.

<sup>87</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 123.

por aldear os índios em sua fazenda.

Por ordem régia, o governador do Piauí, João Pereira Caldas, autorizou em 1763 nova expedição contra os indígenas que resistiam à ocupação. Com ordens para guerrear contra essas nações a ferro e fogo e reduzir as aldeias em cinzas, o comandante da campanha, Manoel de Barros Rego, acompanhado de cem homens, combateu os Timbira, os Gueguê e os Acoroá.<sup>88</sup> Pela rigidez da ordem, entende-se que só com o extermínio dessas nações era possível a fixação dos fazendeiros na região.

Em 1771, duas ações foram movidas contra os Acoroá, estava à frente da primeira o comandante João do Rego. E a segunda estava sob o comando de Félix do Rego, filho do responsável pela primeira campanha. Segundo Cabral, “[...] pode-se avaliar a violência e crueldade de que se revestiram as duas bandeiras. Nem mesmo a população infantil foi poupada”.<sup>89</sup>

Entretanto, os Acoroá foram submetidos ao aldeamento, juntos com alguns Gueguê foram levados para São Gonçalo do Amarante, no Piauí. Outro aldeamento dos Acoroá foi em São Felix de Balsas no Maranhão, porém as aldeias não se desenvolveram. Nas proximidades da povoação de Pastos Bons, foram aldeados os Amanajó, em 1763. Muitos desses indígenas deixaram o aldeamento e foram para o Piauí.<sup>90</sup>

Após serem submetidos pelos colonos, os nativos eram deslocados para núcleos próximos das povoações, no que ficou conhecido como “descimentos”, como explica Alencastro:

Descimentos referiam-se ao deslocamento forçado dos índios para as proximidades dos enclaves europeus [...]. Mal alimentados, expostos ao trabalho forçado num ambiente epidemiológico que lhes era particularmente hostil, os índios aldeados pereciam em grande número.<sup>91</sup>

Durante o século XVIII, os fazendeiros da região, contataram duas nações, que se mostraram bem agressivas. Os Sakamekrã e Kapietrã foram responsáveis por investidas a fazendas e povoados. Os assaltos também se estenderam aos viajantes que seguiam pela

---

<sup>88</sup> Ibid., p. 124.

<sup>89</sup> Ibid., p. 125.

<sup>90</sup> Ibid., p.122; 125, 126.

<sup>91</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia da Letras, .2000. p. 119, 120.

estrada de Caxias a Pastos Bons.<sup>92</sup> Ao relatar os ataques indígenas, Ribeiro informa que:

[...] foram povoados seus campos em Pastos Bons, os melhores para a criação dos gados, com mais de sessenta estabelecimentos, formando parte da alta ribeira do Itapecuru, uma das mais populosas do distrito: porém, aqueles gentios e outros que com eles confinam para o sul, os tornaram a verter em solidões, destruindo-lhes a maior parte dos ditos estabelecimentos [...] transmitem aos habitantes seu terror uns aos outros, largam os fazendeiros as suas fazendas sem saber a quem, e por toda a parte fogem como carneiros, sem saber de que.<sup>93</sup>

Além do confronto armado, os povos indígenas enfrentaram ainda, em seu desfavor, a contaminação por bexigas. Essa arma foi usada para dizimar os nativos que impediam o avanço pastoril. O fato ocorrido se deu na vila de Caxias, e atingiu principalmente os Capiacrãs. Na fuga, esses indígenas espalharam a epidemia entre os povoados dos altos sertões, vindo os habitantes a perder seus familiares. Em 1817, o contágio tinha percorrido mais de 300 léguas atingindo os índios do Tocantins.<sup>94</sup>

Os Timbiras Piocobgés, habitantes da ribeira do Grajaú, mostraram-se resistentes. Em 1814, atacaram a povoação Porto da Chapada, situada às margens do dito rio. Nessa ocasião, os Piocobgés queimaram pessoas e suas habitações. Da população que se encontrava no povoado, apenas uma menina sobreviveu ao ataque.<sup>95</sup> O confronto da frente pastoril com os nativos dos sertões sul maranhenses foi marcado pelo enfrentamento. Porém, os krahó que habitavam São Pedro de Alcântara se mostraram cordial no relacionamento com os brancos.<sup>96</sup>

A frente de ocupação pecuarista atingiu o rio Tocantins, em 1808, quando foram construídos os povoados de Riachão e São Pedro de Alcântara, atual Carolina. Essa frente foi responsável por ligar, por meio do rio Grajaú, o alto sertão ao litoral. Em virtude do extermínio, da expulsão e da submissão das populações indígenas da região, o espaço que era habitado por nativos deu lugar à civilização do couro.<sup>97</sup> Nota-se que, no sul maranhense, a atuação dos missionários foi de menor vulto, em relação a outros pontos da capitania. O contato dos missionários jesuítas se deu por intermédio de missões volantes, que partiam de

---

<sup>92</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1992, p. 127.

<sup>93</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 44; 193.

<sup>94</sup> Ibid., p. 183.

<sup>95</sup> Ibid., p. 136, 137.

<sup>96</sup> CABRAL, Maria do Socorro Coelho. op. cit., p. 131.

<sup>97</sup> Ibid., p. 114; 119; 132.

Aldeias Altas, indo até Pastos Bons.<sup>98</sup>

Os conflitos entre colonos e indígenas se tornaram frequentes nesse processo de ocupação. Os núcleos coloniais portugueses na capitania foram alvos constantes de ataques, obrigando os moradores a abandonarem a região. No ano de 1649, os índios Uruatis atacaram um engenho no Itapecuru, vitimando três padres.<sup>99</sup> Foram também registrados, em Viana, ataques de índios Timbiras e Canelas. Por essa razão, foi enviado em 1810 Francisco de Paula Ribeiro à região, com o objetivo de combater as constantes incursões desses indígenas contra os colonos que ali residiam.<sup>100</sup>

Ao passar por Caxias com destino ao Tocantins, Paula Ribeiro relatou que os núcleos coloniais agrícolas eram constantemente atacados por indígenas. As vítimas eram em sua maioria familiares dos colonos. No ataque dos Timbiras Piocobgés a povoação de Porto Chapada, na ribeira do Grajaú, foram contabilizados nesse ataque 38 pessoas queimadas dentro de suas próprias casas.<sup>101</sup>

A necessidade da guerra empreendida contra os povos indígenas era um fator que possibilitava a aquisição de mão-de-obra e o desinfestamento das regiões que esses povos habitavam. Os inúmeros povos indígenas que povoavam as regiões acima citadas passaram a ser vistos como problema e a coroa portuguesa moveu guerra contra essas nações. O padre Antônio Vieira esclareceu que o excesso de trabalho imposto aos índios os mataram mais que as guerras.<sup>102</sup>

Tais guerras foram responsáveis pela expulsão, escravização e destrocamento de diversos povos indígenas, embora alguns povos tenham sido pacificados e aldeados. Com essas ações, o governo português conseguiu afastar a “ameaça indígena” em algumas regiões, mesmo que temporariamente. Como relata o padre Bettendorff, “com esta esfrega dada aos Caicai ficou algum tanto, ainda que não de todo, seguro o recôncavo do Maranhão. Pois estes índios não se acovardaram com a diminuição e foram continuando suas hostilidades”.<sup>103</sup>

As guerras tiveram papel relevante no projeto da Coroa Portuguesa de povoamento no

---

<sup>98</sup> Ibid., p. 70.

<sup>99</sup> BETENDORF, João Felipe. **Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Rio de Janeiro, J. Leite, 1910. p. 69,70.

<sup>100</sup> RIBEIRO, Francisco de Paula. op. cit., p. 09.

<sup>101</sup> Ibid., p. 9;12; 50.

<sup>102</sup> VIEIRA, Antônio; MEIHY, José Carlo Sebe Bom. **Escritos instrumentais sobre os índios**. São Paulo: EDUC/ Giodano, 1992, p. 4.

<sup>103</sup> BETENDORF, João Felipe. op. cit., p. 517.

território da capitania do Maranhão. Segundo Chambouleyron e Melo:

Os conflitos da virada do século XVII para o XVIII tem uma natureza tanto de aquisição de escravos como de domínio territorial e a garantia dos territórios de produção da capitania do Maranhão, problemas que para as autoridades e moradores do estado do Maranhão e Pará não eram excludentes.<sup>104</sup>

A presente pesquisa não pretende discutir povoamento e despovoamento, porém é necessário observar que, à medida que o povoamento branco avançava proporcionalmente, a região era despovoada pelas populações nativas, situação observada também pelo padre Antônio Vieira, logo em sua chegada em São Luís, “declarando que, nos 40 anos anteriores, cerca de dois milhões de índios teriam sido extinguido pelos colonos do Estado do Maranhão”.<sup>105</sup>

Os indígenas moradores naturais da terra se opuseram a ocupação de suas terras. Para afastar os colonos, os nativos atacavam suas propriedades, causando-lhes mortandades e prejuízos. Aos índios que cometiam tais atos, as autoridades da capitania do Maranhão moveram guerra, pois era importante para a política do governo português de povoamento controlar os nativos que se opusessem a ocupação. Em carta enviada por Fernão Carrilho, ao rei de Portugal, em 29 de abril de 1700, informava que no Mearim:

[...] Se perdem Contratadores / Como neste anno Socedee e tudo isto porque/ Se largarão de mão os [Comgos] do Rio Miarim, que / são as milhores terras que tem esta Capitania;/ tudo pella invazão dos barbaros de Corço [...] e os Moradores Vaquei/ros, que crião algum Gado nas marges/ daquelle rio correm muito risco porque todos/ os annos lhe dão ali a[caltados], e lhe/ fazem muito dano, com quem tambem se ex/tingirão já cete ou oito Currais de Gado.<sup>106</sup>

Como punição aos indígenas que praticavam ataques e assaltos às povoações coloniais, governadores, como Cristovão da Costa Freire (1707-1718), realizaram guerras aos “índios hostis”. A expulsão desses povos garantia a entrada e a posse da terra aos colonos, ao mesmo tempo em que os indígenas capturados em guerra, tornavam-se escravos e a principal mão-de-obra da capitania. Chambouleyron afirma que “[...] não há dúvida de que a principal força de trabalho no antigo Estado do Maranhão e Pará do século XVII foi a indígena, livre ou escrava”.<sup>107</sup>

<sup>104</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. op. cit., p.72.

<sup>105</sup> MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. 2 ed, Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, p.105-120, 1994, p. 112

<sup>106</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.10, D.1004.

<sup>107</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do

À medida que a ocupação portuguesa avançava, o cenário era modificado. A região que antes era habitada por vários povos indígenas, aos poucos era ocupada pelo colono português. Essa atividade agropastoril que o governo português pretendia instalar no interior da capitania só seria possível com a prática da guerra. Ao se referir à crueldade dos europeus contra esses indivíduos, Gomes relata que “nas guerras valia tudo, do direito sobre a vida do prisioneiro a mutilações, despedaçamentos e experimentações sobre os limites da resistência humana”.<sup>108</sup>

Essa ocupação representou para as nações indígenas a extrusão das regiões antes por eles ocupadas para áreas mais distantes desse projeto colonizador, e isso permitiu que diversas nações conseguissem sobreviver ao extermínio, ou escravização dos povos nativos na América portuguesa.

### **3 A POLÍTICA DE CONQUISTA PORTUGUESA NO MARANHÃO E AS POPULAÇÕES INDÍGENAS.**

#### **3.1 A generalização do termo índio**

Antes de tudo o mais, para o desenvolvimento deste capítulo, salienta-se que o termo “índio” foi usado pelos europeus para nomear os povos que habitavam o Novo Mundo, o qual terminou por constituir uma forma de indiferença às mais distintas nações, como se elas não tivessem identidades próprias. É importante ressaltar que o termo ‘índio’ utilizado para nomear os nativos da América, deveu-se a Cristovão Colombo, por acreditar que tinha chegado às Índias descritas por Marco Polo.<sup>109</sup> Vanice Siqueira de Melo também destaca esse processo de generalização do termo índio, segundo a autora:

A nomenclatura índios homogeneiza diversas populações e, simultaneamente, se configura como um critério de diferenciação em relação aos demais demarcadores de identificação, como negros, brancos e mestiços. Além disso, é importante lembrar que os índios foram classificados a partir de diversos critérios. A partir das

---

Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista brasileira de História**. São Paulo. vol.26, nº. 52, 2006, p.02.

<sup>108</sup> GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis: Vozes, 2002, p.60.

<sup>109</sup> MARTINS, Elton Marlos Saraiva. **Os ameríndios no Maranhão no Século XVII nas Obras de Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux**. São Paulo: Lexia, 2011, p. 46.

diferentes ações indígenas no contato com a sociedade europeia os grupos indígenas foram classificados em mansos e bravos, aliados e inimigos; culturalmente poderiam ser definidos como índios cristãos e índios pagãos.<sup>110</sup>

Em 1612, quando os franceses se instalaram na Ilha do Maranhão, ela era habitada por Tupinambás. Entretanto, no território da capitania, viviam muitas nações, como os Amanajós, Araioses, Barbados, Gamellas, Kapiocrã, Sacamekrãs, entre outros, somavam em torno de 250.000 indígenas em todo o Maranhão. Muitas dessas nações foram extintas no confronto colonial.<sup>111</sup>

Sobre as relações dos Tupinambás que habitavam a Ilha do Maranhão com os adventícios franceses, primeiramente é preciso informar que esses indígenas não eram naturais do Maranhão. De acordo com Claude d'Abbeville, os próprios Tupinambás relatavam suas vivências no espaço anteriormente habitados por eles, chamado Caetê, na direção do Trópico de Capricórnio.<sup>112</sup> Informação com a qual Métraux corrobora, tendo como referência o relato sobre a expulsão dos índios Tapuias, no ano de 1560, por índios vindos da Costa Leste, chamados Tupinambás<sup>113</sup>, povo que Elton Martins certifica ser imigrante da região do Pernambuco<sup>114</sup>, fazendo-o com base em Claude d'Abbeville, que registrou o seguinte: “Sabendo que os índios Tupinambás, que habitavam antes no Trópico de Capricórnio, se haviam refugiado na Ilha do Maranhão e regiões circunvizinhas para escapar ao domínio dos portugueses, saiu de Pernambuco”.<sup>115</sup>

Nos documentos analisados, não foi possível reconstituir as práticas utilizadas pelos Tupinambás para a conquista do território na Ilha do Maranhão e seus arredores, muito menos afirmar que os Tapuias expulsos estavam em menor número, eram menos audazes ou se o material bélico dos Tapuias não oferecia condições de resistência aos ataques dos Tupinambás.

---

<sup>110</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira Metade do século XVIII)**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011. p. 65-66.

<sup>111</sup> CONSELHO indigenista missionário. **Povos indígenas no Maranhão: exemplo de resistência**. Conselho Maranhão, São Luís, 1988, p. 37.

<sup>112</sup> ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975, p. 208.

<sup>113</sup> MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-Guarani. In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 19, 1927. p. 1-45. doi:10.3406/jsa.1927.3618, p. 6, 10.

<sup>114</sup> MARTINS, Elton Marlos Saraiva. op. cit., p. 47.

<sup>115</sup> D'ABBEVILLE, Claude. op. cit., p. 65.

Segundo Abbeville<sup>116</sup>, no período da ocupação francesa na Ilha do Maranhão, havia nela cerca de 27 aldeias principais. Em Tapuitapera havia 10 e em Cumã 11, sendo esses povos pertencentes à nação Tupinambá e aliados entre si.<sup>117</sup> Explicita-se, desde já, que a expressão “aldeia”, na situação apresentada, se trata de morada natural dos indígenas, diferente do aldeamento da política portuguesa para com os povos nativos.

Da Ilha do Maranhão até a costa paraense é possível que vivessem então cerca de 50 mil Tupinambás. A sudeste, seguindo para o interior, ao longo do curso médio dos rios Mearim e Itapecuru, encontravam-se outras concentrações de aldeias dessa mesma nação, sendo essas inimigas dos Tupinambás que habitavam a Ilha<sup>118</sup>, o que leva à constatação de que dentro do próprio grupo Tupinambá havia inimizade e guerras entre si. A esse respeito, Abbeville observou que havia permanente guerra entre eles, relatando assim a origem desse conflito:

Aconteceu que, estando todos embriagados, uma mulher esbordoou um companheiro de festa, disso resultando um grande motim que provocou a divisão e a separação do povo todo [...] e desde então se encontram em estado de guerra permanente chamando-se uns aos outros de tabajaras, o que quer dizer, grandes inimigos, ou melhor, segundo a etimologia da palavra: *tu és o meu inimigo e eu sou o teu*.<sup>119</sup>

Na costa leste do Maranhão, viviam os Teremembés - índios de fala travada – considerados uma grande e temível nação, assim como outros povos indígenas que causavam inquietações aos Tupinambás. A essas nações os Tupinambás denominavam Tapuias.<sup>120</sup> Assim, podemos observar que o termo “Tapuia”, usados pelos Tupinambás, estava direcionado a povos que não faziam parte do seu grupo cultural.

### **3.2 A jornada de João Velho do Vale e as diversas nações contatadas em sua missão**

Dentro desse contexto de análise do povoamento da Ilha Grande entre os séculos XVII e XVIII encontra-se um dos relatos mais antigos sobre a existência de diversas nações indígenas ao longo da encosta de vários rios da região. O relato do sertanista João Velho do

---

<sup>116</sup> Ibid., 139, 150.

<sup>117</sup> MELO, Vanice Siqueira de. op. cit., p. 55-56.

<sup>118</sup> GOMES, Mércio Pereira. op. cit., p. 117.

<sup>119</sup> ABBEVILLE, Claude d'. op. cit., p. 209.

<sup>120</sup> GOMES, Mércio Pereira. op.cit., p. 117.

Vale, antes mesmo do processo colonizador português nestas terras, merece destaque por se tratar de uma narrativa que em sua essência apresenta a existência de várias nações indígenas superando a tão tradicional concepção, que tende a generalizar tais povos como se fossem um só.

O professor João Renôr Ferreira de Carvalho, em estudo que fez sobre o emissário do governo português, tratou de analisar a narrativa da jornada de João Velho do Vale por terras maranhenses no século XVII, indicando que a descoberta do curso do rio Itapecuru e do mapeamento das terras circunvizinhas por parte do sertanista João Velho do Vale proporcionou o primeiro relato etnográfico sobre grupos tribais que habitavam as margens dos rios Monim, Icatú, Itapecuru e Mearim.<sup>121</sup>

Dessa forma, tal relato se constitui numa narrativa ímpar no que se refere ao mapeamento de diversas regiões do Maranhão e seus respectivos habitantes à época. Assim, a experiência vivida por esse sertanista compõe um documento que explora as formas de como se descobriram e se desbravaram os sertões maranhenses a partir do século XVII.

A jornada de João Velho do Vale, analisada por João Renôr faz parte de uma das mais importantes fontes primárias para se compreender o processo de mapeamento, conquista e ocupação futura de terras até então não desbravadas pelo Império Português. Isso se deu em função das notícias circunstanciadas sobre as populações que habitavam principalmente os rios Itapecuru e Paraguassu – atual Parnaíba - o que favoreceu uma linha de conquista e povoamento.<sup>122</sup>

### 3.2.1 Os objetivos da jornada

A jornada vivida pelo sertanista João Velho do Vale do no fim do século XVII, indica, pelas características de seu relato, uma parte do projeto de expansão e povoamento português no interior do Maranhão naquele século.<sup>123</sup>Essa empreitada era uma forma de o Estado Português aferir a existência de nações indígenas que habitavam ao longo do curso dos principais rios do sertão maranhense. Diante disso, há de se concordar com a análise de João Renôr Ferreira de Carvalho, para quem:

---

<sup>121</sup> CARVALHO, João Renôr de. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina: Edufpi, 2015, p.17.

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> Ibid.

Era, então, de fundamental importância para a geopolítica lusitana reconhecer a área, manter a paz com os indígenas e, se possível, aldeá-los a fim de reduzir estas populações nativas ao convívio com o homem branco, inclusive tê-los ao alcance como mão de obra das lavouras, incipientes no Vale do rio Itapecuru.<sup>124</sup>

Isto posto, podemos compreender a jornada feita pelo sertanista como atendendo ao interesse da coroa portuguesa em averiguar como as terras maranhenses eram constituídas e habitadas. Outro dado muito importante, e presente no relato de João Velho do Vale, diz respeito à preocupação constante com a paz, o que constitui um indicador de que as guerras eram comuns tanto na vida do homem branco quanto na vida dos gentios que habitavam tais regiões, porém representavam um sério entrave ao projeto colonial. As guerras constituíam, enfim, um dado que permeava as relações europeu-indígena e indígena-indígena.

O historiador João Renôr Ferreira de Carvalho indica que os índios Guaretis - contatados pelo sertanista João Velho do Vale - tinham compromisso com a paz, pois viver em paz era uma preocupação constante no Maranhão colonial.<sup>125</sup> Ao longo do relato de João Velho do Vale sempre se verifica a preocupação em manter alianças de paz com as nações com as quais ele entra em contato. O certo é que tal relato se constitui uma fonte primária para se compreender a vida das populações que habitavam o interior das terras maranhenses no período colonial.

Como emissário e representante do Estado Português, o sertanista João Velho do Vale, ao entrar em contato com diversas nações indígenas, ao longo de sua jornada, foi porta-voz do projeto português de manter tais nações sobre a chancela da coroa portuguesa. Não é por acaso que a paz se apresentou como um dado fundamental nos laços de convivência que se estabeleceram entre portugueses e índios do Maranhão no século XVII.<sup>126</sup>

Essa paz, no entanto, buscava antes de tudo, defender os interesses do governo português, uma vez que tal proposta de paz tinha como objetivo a aquisição de mão-de-obra e a posse das terras habitada por essas nações.

Nesse sentido, as propostas de paz estabelecidas pelo governo português com algumas dessas nações não eram duradouras e podiam modificar-se por ambas as partes. Assim, em 1692, por exemplo, nações que já haviam feito paz com João Velho do Vale em sua Jornada pelo interior de terras maranhenses se encontravam em guerra com as autoridades do Maranhão. Como relata o documento de 4 de maio do referido ano, no qual o ouvidor Nunes

---

<sup>124</sup> Ibid., p. 17.

<sup>125</sup> Ibid.

<sup>126</sup> Ibid.

Colores, noticiava ao monarca que:

Pelo grande danno que no Rio Mearim avia feito o gentio de Corso com os [roubos] e mortes que os moradores do dito Rio Conti / nuadamente experimentavão sejam \_\_\_\_\_ / que licitamente se podia fazer guerra con / tra os [Vassallos]; [Cahicaes e Guaratis] / ficando Ligitimamente escravos os que / no conflito se Capitivassem [...].<sup>127</sup>

Para além da preocupação de manter paz com essas nações, que por sinal já se apresentavam como muitas ao longo do interior do Maranhão, a jornada de João Velho do Vale fornece um relato geográfico sobre a localização de aldeias, rotas e distâncias que permeavam a vida cotidiana de nações tribais no interior do Maranhão seiscentista.

Dessa forma, o relato configura um panorama que apresenta a distribuição geográfica dessas nações indígenas à época. Essa distribuição no interior do Maranhão seiscentista seguia os seguintes aspectos, de acordo com a análise feita por João Renôr Ferreira de Carvalho, a partir dos relatos da Jornada de João Velho do Vale:

Na área do Munim: a concentração de Caí-Caí.  
 No Vale do médio e alto Itapecuru e no Mearim, concentravam-se os Guaretis, aliados dos Caí-Caí.  
 Nas cabeceiras do Itapecuru ficavam os Guaxinarés separados dos Guaretis por três dias de viagem escoteiro.  
 No Vale do Parnaíba ou Paraguassu, de um lado e outro até Ibiapaba, espalhavam-se os Charúnas, perseguidos nesta época pelos Barbados de corso, chamados de “Barbados Ronxés”.<sup>128</sup>

A existência de várias nações indígenas ao longo do curso desses rios nos faz crer que era daí também que surgia a necessidade e a angústia pela paz, visto que inicialmente as guerras eram entre homens brancos e índios, mas posteriormente passaram a existir guerras intertribais no interior do Maranhão. A paz era, aliás, uma aspiração imperiosa para as nações indígenas que habitavam as terras maranhenses no seiscentos, de tal forma que quando indígenas se encontravam com João Velho do Vale sempre perguntavam-lhe se ele vinha em missão de paz.<sup>129</sup>

Assim, o relato desse sertanista compõe um importante registro documental sobre formas de organização e modos de vida das mais variadas nações indígenas. Esta jornada, no

---

<sup>127</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 851.

<sup>128</sup> CARVALHO, João Renôr de. op.cit., p.34.

<sup>129</sup> Ibid.

dizer de João Renôr Ferreira de Carvalho, compreendia o fato de que:

João Velho do Vale era um agente do Estado Colonial. Era um emissário especial do general Gomes Freire de Andrada e nessa condição tinha missão a cumprir. A jornada que fazia João Velho do Vale diferenciava-se radicalmente da aventura de um bandeirante. A ele interessava o conhecimento da área que ia descobrindo, bem como os costumes dos seus ocupantes nativos. Era uma missão de Estado. Era uma missão de conquista por persuasão e por isso não lhe interessava a guerra, a não ser em casos extremos.<sup>130</sup>

Nesse sentido, esse documento se apresenta como uma importante fonte para se perceber a presença marcante do Estado Português nos trópicos americanos, sobretudo em terras maranhenses, no seiscentos. Ainda quanto a esse aspecto, faz-se necessário lembrar que no século XVII, processou-se apenas uma etapa da conquista do interior do Maranhão e da gente nativa de suas terras, para a qual se lançou mão não só de aparatos militares, como também de ação missionária.<sup>131</sup> Desta forma, esse processo abriu espaço para outro já em curso em terras coloniais portuguesas desde o século anterior: o projeto evangelizador.

O certo é que a narrativa seiscentista de João Velho do Vale mostrou que grandes e variadas nações indígenas habitavam o imenso vale do Itapecuru e circunvizinhanças e que tais nações se apresentavam com culturas materiais e imateriais muito diferentes. Isso nos proporciona uma percepção radicalmente oposta à ideia de homogeneização que o rótulo generalizante “índio” terminou por cristalizar, levando à banalizada compreensão de que povos tão diversos constituíam apenas uma nação indígena.

Sendo uma narrativa sobre o Maranhão seiscentista, a jornada de João Velho do Vale compõe, juntamente com, e a exemplo de outras como a autoria de Claude d' Abbeville, que recobriu cenários de um período anterior, um grande painel a mostrar o mosaico étnico que existia no interior do Maranhão à época e se fundamenta no contato do sertanista com nações indígenas tão díspares quanto quaisquer outros grupos existentes no mundo.

Nesse sentido, Vanice Siqueira de Melo, em trabalho dedicado ao estudo das guerras entre indígenas e portugueses, no século XVIII, aborda a existência de múltiplas nações indígenas no Estado do Maranhão e como suas distintas regiões foram retratadas por sertanistas que empreenderam jornadas nas capitânicas do Maranhão e do Piauí na época colonial. Assim, ela afirma que:

---

<sup>130</sup>Ibid., p.27.

<sup>131</sup>Ibid.

Os relatos sobre as jornadas ao interior do Estado do Maranhão, mais especificamente no sertão das capitânicas do Maranhão e do Piauí, não deixam de lembrar que este espaço era habitado por milhares de índios, como evidenciam as identificações dos espaços indígenas e a sugestão de como era a organização espacial dos índios e a sua demografia. Os diversos testemunhos sobre as tropas que percorriam o Estado do Maranhão sempre lembram que os homens da tropa encontravam roças, aldeias, ranchos, ou seja, sinais da presença indígena naquele espaço. Assim, havia uma dinâmica social indígena no espaço, configurando territórios indígenas. Foram, então, identificados vários espaços e territórios nativos pelas tropas que percorriam as capitânicas do Maranhão e do Piauí.<sup>132</sup>

### 3.3 Ação militar e missionária do estado português no século XVII no Maranhão

A despeito das ambiguidades e descaminhos da política colonial portuguesa quanto aos indígenas, é certo que, antes mesmo da jornada de João Velho do Vale, havia uma preocupação por parte da Coroa com a tomada de terras no interior do Maranhão e a consequente evangelização dos povos que viviam nessas regiões, fatores que orientaram o processo de conquista, iniciado desde os primeiros contatos entre os europeus e esses diferentes povos.

Vale lembrar também que, desde os primeiros relatos sobre essas narrativas, estas nações apareciam hostis na ótica do conquistador. E muitas vezes eram até mesmo apresentados de forma depreciativa, como posteriormente João Lisboa “pintou” com desprezo a imagem de nações indígenas.<sup>133</sup> Nesse objetivo pioneiro de resolver a “questão indígena”,<sup>134</sup> a Coroa portuguesa começou a empreender um processo civilizador dessas nações, fazendo-o por meio da catequese e do estabelecimento de missões.

Em obra dedicada ao estudo do fenômeno do chamado processo civilizador, o sociólogo alemão Norbert Elias tratou de forma contundente os tipos de comportamento considerados civilizados e que eram tipicamente ocidentais. Nesse sentido, ao tratar de uma teoria da civilização, o autor destaca que o conceito de civilização difere de significado para cada nação ocidental.<sup>135</sup> Isso posto, podemos entender também que tal conceito é impregnado de forte teor de hierarquização de grupos e culturas, tendo sido historicamente usado como

---

<sup>132</sup> MELO, Vanice. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí** (primeira Metade do século XVIII). 2011. 157f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011, p. 57.

<sup>133</sup> COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **A política indigenista no Maranhão provincial**. São Luís: SIOGE, 1990, p.57.

<sup>134</sup> Ibid.

<sup>135</sup> ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1994, p.23.

justificativa para legitimar a conquista e a dominação de povos de outros continentes pelos europeus, tal como se deu com povos da América.

Nesse sentido, o “processo civilizador”, antes de tudo, representou um mecanismo de aprisionamento de nações gentias e de sedução, por parte de missionários e de indígenas já “civilizados” de tribos que se achavam nas partes mais interioranas do Maranhão, a fim de que deixassem sua vida “bárbara e triste”, de acordo com a percepção disseminada a partir do projeto colonizador português.<sup>136</sup> Desta forma, essa maneira de se conceber as relações entre culturas tão diferentes aponta para um processo de civilização segundo o qual as sociedades europeias eram encaradas como transmissoras de uma civilização já pronta ou posta em marcha.<sup>137</sup>

Por outro lado, em detrimento da noção de superioridade cultural internalizada pelos europeus, no contato entre indígena e colono houve trocas e substancial alteração nas relações entre eles, o que não impediu que resultasse na dizimação de diversas nações indígenas. Para João Lisboa:

Esta é uma das causas, escreve Vieira, que tem destruído infinidade de índios neste Estado, tirarem-nos de suas terras e trazerem-nos as nossas, sem lhes terem prevenidos os mantimentos de que se hão de sustentar; mas fazem-no assim os que governam porque se houverem de fazer as prevenções necessárias, hão de se gastar muito tempo nelas, e entretanto passam-se os seus três anos, e eles antes querem cinquenta índios que os sirvam, ainda que morram quinhentos, do que muitos mil vivos e conservados, de que eles não hajam de aproveitar.<sup>138</sup>

Nota-se que um dos aspectos que levou a um verdadeiro genocídio em terras maranhenses. Nesse mesmo sentido, esse processo civilizador, além de estar relacionado a aspectos culturais, representava antes de tudo um fator indispensável para a viabilização do projeto mercantilista, que visava a exploração econômica máxima da colônia, inclusive em detrimento da garantia da sobrevivência das nações indígenas que habitavam as terras maranhenses.

Pedro Puntoni, em importante obra dedicada ao estudo de guerras envolvendo indígenas, também contribui no sentido de identificar o interesse português num projeto civilizador que tomou como base a catequização indígena, para esse estudioso:

---

<sup>136</sup> COELHO, Elizabeth Maria Beserra. op. cit. p. 121.

<sup>137</sup> ELIAS, Norbet. op. cit. p. 24.

<sup>138</sup> LISBOA, João Francisco. Vida do padre Antônio Vieira. In: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. São Luís: Alumar, 1991, p.211 - 212.

A construção da diferença e a integração por meio do domínio são, portanto, as duas faces de um mesmo processo. Em um sentido heraclítico, a catequese, que é um esforço para conquistar homens iguais para o seio da humanidade-cristandade, faz-se no mesmo movimento de identificação das diferenças (a serem apagadas) e das semelhanças (a serem afirmadas).<sup>139</sup>

Isso faz pensar em como o fenômeno do processo civilizador esteve presente na ocupação dessas terras, reafirmando a necessidade de remodelar comportamentos das nações indígenas, tendo como referencial os padrões da cultura europeia, ocidental, judaico-cristã, empreendimento que Norbert Elias reconstituiu e analisou, e a respeito do qual diz que:

Não interessa o fato e a questão de como, no decorrer dos séculos, o comportamento civilizado se cristalizou. E a consciência de sua própria superioridade, dessa “civilização”, passa a servir pelo menos às nações que se tornaram conquistadoras de colônias e, por conseguinte, um tipo de classe superior para grandes segmentos do mundo não-europeu, como justificativa de seu domínio.<sup>140</sup>

Além desse aspecto missionário, a conquista de terras maranhenses se caracterizou como uma verdadeira guerra contra os indígenas que habitavam a região que configuraria a capitania, no duplo objetivo de assenhoreamento de seus territórios, como de seu avassalamento à Coroa portuguesa, o que foi feito por meio da força física.<sup>141</sup> Com efeito, para tanto, o projeto colonizador português empreendeu a dominação de nações indígenas por meio da imposição militar, como também fazendo uso de recursos imateriais, de uma violência simbólica, que caracterizou, em essência, o processo evangelizador. Por outro lado, diante da resistência indígena à catequese, está só se tornaria viável com o apoio militar, recurso que foi utilizado amplamente.<sup>142</sup>

### 3.4 As guerras no processo Colonial

Dentro desse contexto generalizado de guerras, que marcou a segunda metade do século XVII, encontra-se a denominada Guerra dos Bárbaros, a que Pedro Puntoni rotulou de

---

<sup>139</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitex / EdUSP, 2002, p. 69.

<sup>140</sup> ELIAS, Norbert. op. cit, p.64.

<sup>141</sup> MELO, Vanice Siqueira de. op. cit., p. 10.

<sup>142</sup> FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. ed. 3ª, Revista. Editora Globo, 2001. n.p.

a “Troia negra”, em função do mais importante e longo ciclo de guerras movidos contra os povos do sertão nordestino.<sup>143</sup> De acordo com ele, foi justamente nesse ciclo que surgiu a imagem do “índio guerreiro”, participante de todo o processo histórico de desestruturação/destruição e estruturação/construção do que viria a ser o Brasil, seja resistindo ao colonizador, seja aliando-se aos portugueses ou mantendo uma árdua luta pela manutenção cultural de seus povos.

Tendo como objetivo central dar conta dos intensos conflitos entre indígenas, naturais da terra e estrangeiros que adentraram seus domínios, o livro *Guerra dos Bárbaros* a constitui o resultado de uma grandiosa recolha de fontes e profunda análise dos dados fornecidos por elas, de modo que se apresenta repleto de detalhes sobre os conflitos ocorridos no período de 1650 - 1720, trazendo para a historiografia sobre o período colonial uma releitura da representação dos indígenas. Isto porque seu autor se opunha à idealização e mitificação do índio, feitas principalmente pelo movimento literário do Romantismo, como considerava que havia necessidade de se escrever uma história sobre a trajetória da resistência indígena à dominação estrangeira. Em sentido correlato, Puntoni tenta dar voz à narrativa da denominada Guerra do Açu, tomando-a como parte da dinâmica da Guerra dos Bárbaros. No entanto, o autor tenta dar um novo direcionamento ao defender a ideia de que:

Se as guerras seiscentistas estão na raiz dos mecanismos de aniquilamento destas humanidades originárias – constituindo o preâmbulo do genocídio que seria em grande medida completado ao longo do século XIX – o que vimos surgir no decorrer da Guerra dos Bárbaros foi uma nova orientação política do Império português, levada a termo pelos seus agentes coloniais com o fim de produzir o extermínio das nações indígenas do sertão norte. Diferentemente do século XVI, quando, em contato com os grupos tupis da costa e no contexto de afirmação de domínio, estas guerras objetivavam o extermínio total e não a integração ou submissão.<sup>144</sup>

Na luta contra os indígenas, essas guerras representaram a síntese da política indigenista da segunda metade do século XVII, no sertão nordestino. A oposição, na perspectiva colonizadora, que esse gentio fazia a um “processo civilizador” fez com que se empreendesse guerras contra eles. A esse respeito Puntoni, também relata, a título de exemplificação, que “os tapuias eram tomados por ampla e duradoura muralha que se erguia no sertão, obstando a expansão do Império e a propagação da ‘verdadeira’ fé, como empecilho ao desenvolvimento da economia pastoril e à exploração de minérios”.<sup>145</sup>

---

<sup>143</sup> PUNTONI, Pedro. Op. cit., p. 13

<sup>144</sup> Ibid., p. 17.

<sup>145</sup> Ibid.

Estas guerras tiveram origem no desejo/necessidade de ocupação e colonização do sertão nordestino por parte dos portugueses. Tal necessidade já era premente desde as frentes de ocupação do sertão nordestino em que a coroa portuguesa buscava uma rota terrestre que interligasse o chamado Estado do Maranhão ao Estado do Brasil.

Nesse sentido, o projeto colonizador dos trópicos americanos exigia dos portugueses uma ferrenha luta contra o gentio e a tomada das terras ocupadas por essas nações indígenas, que ao olhar do colonizador apresentavam-se sempre como hostis. A luta pelo desbravamento desses territórios outrora ocupados por essas nações começou não só com a expansão da pecuária, mas também com a ação das entradas sertão a dentro, empreendida já por luso-brasileiros, que iam interiorizando cada vez mais os limites geográficos do Brasil.

As guerras empreendidas contra o indígena e a busca pelo aprisionamento dele se acentuavam por razões de natureza econômica, tal como descreve Pedro Puntoni, ao se referir ao fato de que “[...] Paradoxalmente, a destruição dos índios da costa, por doenças, abusos ou guerras, também impulsionava os colonos a se internar nos sertões, agora em busca de mais mão-de-obra necessária para os engenhos de açúcar, cuja economia crescera nas décadas de 1570-80”.<sup>146</sup>

Essas guerras foram promovidas junto ao processo de colonização dessas terras. No Maranhão, à expansão da pecuária se juntaram conflitos entre portugueses e indígenas. Tais conflitos são bastante destacados por Vanice Melo em obra que lhe rendeu o mestrado na qual trabalha as guerras entre portugueses e indígenas no século XVIII, mas que também cita os conflitos da mesma natureza que ocorreram na segunda metade do século XVII. Tal como ela defende:

O avanço da pecuária na América portuguesa aconteceu associado às guerras com inúmeros grupos indígenas que habitavam o interior do território. As guerras realizadas contra os índios favoreceram o acesso português a outras regiões, como o rio São Francisco, que constituiu importante área de criação de gado. Em meados do século XVII, a coroa portuguesa disputava o domínio do rio São Francisco enfrentando os índios bravos, que assaltavam as áreas de criação, e os holandeses, os quais denominavam a região do rio São Francisco de “viveiro do nosso gado”.<sup>147</sup>

As relações hostis entre o europeu e os indígenas se acentuaram no século XVII sobretudo em função das guerras movidas contra os estrangeiros, isto porque havia certa comunicação entre algumas nações indígenas com outras nações europeias, especificamente

---

<sup>146</sup> Ibid., p. 29-30.

<sup>147</sup> MELO, Vanice Siqueira de. op. cit., p. 17, 18.

os holandeses e isso desagradava a coroa portuguesa. Assim, uma possível “aliança” entre indígenas e holandeses preocupava as autoridades portuguesa e seus governantes, o que forneceu a justificativa para promover guerra contra esses gentios. Nesse sentido, Puntoni escreve que “[...] Com efeito, uma das causas indicadas para o levante dos índios na ribeira do Açu era a comunicação entre estes índios rebelados e os estrangeiros, notadamente os holandeses”.<sup>148</sup>

### 3.4.1 As Guerras Brasileiras

As guerras ocorridas no Maranhão, no fim do século XVII e início do século XVIII, possuíam sentidos distintos do século XVI. Sobre isso, Chambouleyron e Melo afirmam que Pedro Puntoni, ao analisar os conflitos indígenas, apreendeu que diferente do século anterior, que almejava submeter os indígenas, as guerras do século XVII tinham como objetivo o extermínio dos mesmos.<sup>149</sup>

Com a ocupação da região da capitania do Maranhão pelos portugueses, os grupos indígenas se dispersaram, ocasionando uma nova organização, na qual portugueses iniciaram a dominação do espaço antes ocupado por aqueles. Esse novo arranjo resultou em violentas guerras travadas entre colonos e índios. Melo corrobora com essa afirmativa quando coloca que “Foi a justaposição de territórios portugueses sobre os indígenas que transformou a fronteira oriental do Estado do Maranhão num espaço sangrento, onde as guerras entre os índios e os portugueses eram constantes”.<sup>150</sup>

No contexto das guerras coloniais, é importante destacar que as guerras brasileiras objetivaram expulsar estrangeiros que haviam invadido os territórios considerados domínios portugueses, enquanto as guerras movidas pelas autoridades régias contra os povos indígenas buscavam aquisição de terras e mão de obra indígena, principal sustentáculo das atividades econômicas do Maranhão colonial. Nesse sentido, Gomes argumenta que “o uso forçado de mão-de-obra indígena e apropriação de suas terras foram os primeiros passos dessa

---

<sup>148</sup> PUNTONI, Pedro. op. cit., p. 65.

<sup>149</sup> CHAMBOUREYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). *Revista de História*. São Paulo, nº. 168. janeiro / junho, p. 167-200. 2013. p. 175.

<sup>150</sup> MELO, Vanice Siqueira de. op. cit., p. 60.

colonização”<sup>151</sup>, por meio da qual é possível perceber que os sentidos das guerras se modificavam de acordo com o contexto e interesses presentes.

É importante apontar que as guerras denominadas brasílicas tiveram como resultado a expulsão de nações estrangeiras, que tentaram invadir as terras da coroa portuguesa, fato que levou o mameluco Jerônimo de Albuquerque a sair do Pernambuco com uma armada para o Maranhão. Armada que, segundo Gomes, contava com 230 soldados, 70 marinheiros, 300 índios Tupinambás, oriundos de Pernambuco e serra da Ibiapaba, além de mulheres e crianças que juntas somavam mais de 300 pessoas, tinham a missão de expulsar os franceses do Maranhão em 1614.<sup>152</sup>

No modelo de guerra brasílica destaca-se a composição étnica de suas forças, pois eram compostas por brancos, índios e mestiços. Esse modelo de guerrear foi que possibilitou a Jerônimo de Albuquerque, em menor número de soldados, a vitória sobre os franceses. As manobras e a mobilidade da tropa favoreceram a vitória dos luso-brasileiros sobre os franceses. Liderados pelo estrategista Jerônimo de Albuquerque, os portugueses expulsaram os franceses do Maranhão usando as táticas de emboscadas e ataques surpresa.<sup>153</sup>

Tudo indica que as guerras brasílicas começaram a tomar forma com a resistência à ocupação holandesa em Pernambuco, pois, em 1645, latifundiários brancos se aliaram com colonos de perfis diversos para resistir à mesma e se manter fora do jugo holandês, mesmo não recebendo ajuda militar necessária da metrópole portuguesa, cenário de resistência no qual sobressai a figura de Matias de Albuquerque. Para José Antônio Gonsalves de Melo:

Foi nesse período de luta que se ajuntaram no mesmo esforço as várias raças que constituem o substrato do povo brasileiro. Ainda então foi que se começou a aprimorar o estilo da “guerra brasílica”, o do ataque de surpresa, o da dispersão das tropas, o da mobilidade dos combatentes, o da iniciativa individual.<sup>154</sup>

Assim sendo, as guerras brasílicas foram fundamentais para a retomada de territórios portugueses invadidos por estrangeiros, assegurando o direito português sobre as terras

---

<sup>151</sup> GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 110.

<sup>152</sup> Ibid., p. 120.

<sup>153</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVII: a Guerra no Maranhão: 1614-1615**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014, p. 82, 86.

<sup>154</sup> DE MELO, J. A Gonsalves. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 263.

brasileiras.

Esse exército, misto de portugueses e indígenas, foi responsável não apenas por combater as nações estrangeiras, combateram ainda as nações indígenas que se revoltaram contra a ocupação portuguesa. Em 1618, na rebelião dos Tupinambás da costa do Maranhão e das aldeias próximas de Belém, a expedição organizada para sufocar o levante, comandada por Jerônimo de Albuquerque e seus oficiais, era composta de seiscentos índios e oitenta portugueses.<sup>155</sup> Com a missão de castigar os Tremembés, Vital Maciel Parente saiu de São Luis, no início de 1679, comandando uma tropa de quinhentos índios e cento e cinquenta soldados.<sup>156</sup> Após os ataques de Tupinambás, nas fazendas e a moradores na ribeira do Paraguaçu – rio localizado no Estado do Brasil - pertencente a enseada da baía de Todos os Santos, o governador Men de Sá, organizou uma campanha composta de 4.000 índios e 300 portugueses para punir os rebelados.<sup>157</sup> Por esses relatos fica patente que o grosso das tropas portuguesas era composta por nativos, sendo estes indispensáveis no combate aos estrangeiros e também aos indígenas que se opuseram ao domínio português.

### 3.4.2 As guerras indígenas praticadas no Maranhão

Os índios Tupinambás foram os nativos mais analisados e representados na historiografia brasileira. A sociedade Tupinambá, assim chamada pelo sociólogo Florestan Fernandes, foi provavelmente a primeira etnia indígena a ser contatada pelos portugueses em quase todas as áreas as quais tentaram colonizar. Essa etnia foi aos portugueses algumas vezes aliada, outras vezes inimiga e resistente à colonização lusa.<sup>158</sup>

É relevante destacar que confrontos entre nativos Tupinambás eram comuns, pois existia rivalidade entre eles, embora fossem da mesma nação. Gomes corrobora com essa afirmativa ao relatar que existiam concentrações de aldeias do tronco linguístico Tupi, nações inimigas dos Tupinambás da Ilha, ao longo das margens dos rios Itapecuru e Mearim.<sup>159</sup>

---

<sup>155</sup> GOMES, Mércio Pereira. op. cit., p. 123.

<sup>156</sup> BERREDO, Bernado Pereira de. **Annaes históricos do Estado do Maranhão**. – Florença. Typographia Barbèra. 1905, p. 315.

<sup>157</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitex / EdUSP, 2002, p. 90.

<sup>158</sup> FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Global, 2009, p. 22.

<sup>159</sup> GOMES, Mércio Pereira. op. cit., p. 117.

Os Tupinambás eram tidos como guerreiros implacáveis, que praticavam a guerra objetivando a vingança dos antepassados, sem pretensão de obter territórios ou lucros.<sup>160</sup> Porém, sobre isso, Fausto esboça que “[...] os Tupi-Guarani provavelmente expulsaram, incorporaram ou mataram os grupos que habitavam previamente o litoral e que portanto, as expansões envolveram, sim conquista bélica”.<sup>161</sup>

Sobre a guerra praticada pelos Tupinambás do Maranhão, diz Abbeville: “sempre que julgam terem sido ofendidos pelas nações vizinhas ou não, sempre que recordam de seus antepassados ou amigos aprisionados e comidos por seus inimigos, excitam-se mutuamente a guerra, afim, dizem, de tirar desforra, de vingar a morte de seus semelhantes”,<sup>162</sup> informações essas que enriquece, descrevendo minuciosamente os utensílios de guerra, discriminados no extrato abaixo.

Como armas servem-se de arcos de madeira vermelha ou preta muito dura de cordas de algodão bem trançadas. Chama-nos de uirapar. Suas flechas, a que dão o nome de ouve, são assaz compridas feitas de caniços sem nós e que prendem duas penas de cores diferentes e de um palmo de comprimento; em vez de ponta de ferro colocam nelas pontas de madeira dura, preta, de um pé a um pé e meio de comprimento e aguçadas, muito bem amarradas com fios de algodão. Em certas flechas colocam, a guisa de ponta, ossos de peixe pontiagudos e mais ou menos do tamanho de um dedo pequeno, muito bem amarrados e com uma ponta recurvada em forma de gancho, o que faz com que o indivíduo ferido, se não for atravessado pela flecha, tenha solução melhor em completar a obra do que em tentar retirá-la, porquanto, neste caso arriscar-se a trazer no gancho as próprias entranhas. Noutras flechas prendem um pedaço de caniço, de cerca de um pé de comprimento e dois dedos de grossura e muito pontudo. Dão a essas flechas, que fazem grandes buracos em quem ferem, o nome de tacuart.<sup>163</sup>

Como estratégias de aquisição de prisioneiros, os Tupinambás utilizavam a astúcia e a surpresa, aproveitam-se da inocência das vítimas, enganando-os com suas melhores mercadorias e promessas. Uma vez embriagados pelas atitudes dos visitantes, os Tupinambás atacavam seus anfitriões, algumas vezes matando, outras vezes aprisionando e escravizando seus hostis.<sup>164</sup> “Os Tupinambás saíam para o combate dispostos e preparados para fazerem

---

<sup>160</sup> FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.; ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.; KOK, Maria da Glória. **Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>161</sup> FAUSTO, Carlos. op. cit. p. 79.

<sup>162</sup> ABBEVILLE, Claude d'. op. cit, p. 229.

<sup>163</sup> Ibid., p. 230.

<sup>164</sup> EVREUX, Yves d'. **Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 a 1614**. São Paulo: Sciliano, 2002.p. 77, 78.

prisioneiros. [...] Contudo, o combate podia ocorrer tanto sob a forma de ataque de uma expedição de guerra a um grupo local inimigo, quanto sob a forma de ciladas”.<sup>165</sup>

Enfim, os povos indígenas, representados pela nação tupinambá, exerciam a guerra para manter seus rituais antropofágicos. Dessa maneira, os escravos representavam a garantia de fortalecimento do próprio espírito por meio da antropofagia. E também mediante a guerra que os Tupinambás vingavam seus antepassados mortos pelos inimigos.<sup>166</sup>

Evidenciou-se na pesquisa que entre os grupos de nações Tupi e Tapuias se praticava a antropofagia, porém existia uma distinção no que diz respeito ao significado dessa prática para cada nação. Entre os Tapuias do Maranhão, por exemplo, a prática antropofágica se caracterizava por endocanibalismo e eutanásia, ou seja, por alimentarem-se apenas de parentes próximos adoecidos para que permanecessem entre eles, e conseqüentemente não serem devorados pela terra. Assim como descreveu Gândavo:

Esses tapuyas nam comem a carne de nenhuns contrarios, antes sam immigos capitaes daquelles que a costumam comer, e os perseguem com mortal odio. Porém pelo contrario têm ou rito muito mais feo e diabolico contra a natureza, e digno de mais espanto. E he que algum chega a estar doente de maneira que desconfia de sua vida, seu pay, ou may, irmãos ou irmãs, ou quaisquer outros parentes mais chegados o acabam de matar com suas proprias mãos, avendo que uzam assi com elle de mais piedade, que consentirem que a morte o esteja senhoreando e consumindo por termo tam vagarosos. E o pior que he que depois disso o assam e cozem, e lhe comem toda a carne, e dizem que nam haõ de sofrer que cousa tam baixa e vil como he a terra lhe coma o corpo de quem elles tanto amam, e que depois he seu parente e entre elles ha tanta razam de amor, que sepultura mais horrada lhe podem dar que mete-lo dentro em si, e agasalhallo pera sempre em suas entranhas.<sup>167</sup>

É possível perceber a construção negativa da historiografia em torno dessa prática ritualística. Em que pese sua estranheza, esse ritual estava voltado para o grupo específico de familiares, não se caracterizando, portanto, como uma ação que visava saciar a fome, nem era resultado de guerra. Nesse sentido, o endocanibalismo praticado por alguns grupos Tapuias do Maranhão pode ser percebido como um ritual endoantropofágico.

---

<sup>165</sup> FERNANDES, Florentan. op.cit. p. 226.

<sup>166</sup> ABBEVILLE, Claude d'. op. cit.; MELATTI, Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo. Editora.Hucitec. Instituto Nacional do Livro. Ministério da Educação e da Cultura. 1980; ALENCASTRO. op. cit.; FERNANDES, Florentan. op.cit; KOK, Maria da Glória. op. cit.; BETTENCOURT, Lúcia. Cartas brasileira: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.; MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). **Índios no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

<sup>167</sup> Gândavo ([1575] 1858) apud BORGES, J. F. **Os Senhores das dunas e os adventícios d' além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização de automia Tremembé na costa Leste-Oeste (século xvi e xvii)**. 2010. 362f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010, p. 62.

#### 4 CONFLITOS ENTRE “ÍNDIOS DE CORSO”, COLONOS E AUTORIDADES PORTUGUESAS

Antes da chegada dos portugueses à capitania do Maranhão, a região que ela abarcava era habitada por muitos e diferentes povos indígenas. Por outro lado, o avanço do povoamento português foi responsável por expulsar vários grupos nativos para outras localidades e regiões que não a de sua origem. A ocupação portuguesa nessas áreas e a reorganização desses grupos indígenas ocasionaram uma série de conflitos por espaço/ território. As autoridades portuguesas nomeavam os povos indígenas que persistiram em defender suas terras como “índios de corso”.

Deve-se, contudo, salientar que a nomenclatura “índio de corso” não se empregava apenas aos nativos que combatiam os colonos, isso foi claramente percebido pela leitura e documentos de época, como aquele no qual autoridades do Maranhão solicitavam a ajuda de índios Tapuias de corso, Goanases e dos Tabajaras do Ceará, para combater os indígenas que inquietavam os colonos do Maranhão, em 1682.<sup>168</sup> Essa informação, por sua vez, vai de encontro a outras contidas no capítulo anterior, segundo as quais a expressão “índio de corso” era genericamente utilizada para indicar os índios subversivos, percebendo-se, todavia, que também era usada para se referir índios aliados de “corso”, como mostra o documento acima citado.

Em vista das questões provocadas pela necessidade de compreender o que era esse “índio de corso”, realizou-se um apanhado das representações dos mesmos nos diversos documentos em que se referenciou esse índio. Segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto, corso é “o acto de perseguir o inimigo por mar”.<sup>169</sup> Ideia ratificada por Berredo, que discorre sobre a nação dos Tremembés, afirmando que entre os índios americanos teriam sido eles considerados os mais extraordinários nadadores e que usavam essa destreza para golpear as amarras dos navios que fundeavam próximo às suas praias, o que provocava o naufrágio dos navios nas adjacências dos seus domínios, facilitando o saque dos espólios das embarcações.<sup>170</sup> Nesse sentido, o “termo corso”, para esses autores, estava atrelado a ataques

---

<sup>168</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 6, D. 671.

<sup>169</sup> PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da língua brasileira**. Typographia de Silva. 1832, n.p.

<sup>170</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes histórico do Estado do Maranhão**. Florença. Typographia Barbèra. 1905., p. 31.

no mar, sendo os Tremembés apontados como os mais capazes entre os nativos da América nesse tipo de ataque.

É possível encontrar na documentação referente ao Maranhão colonial outras acepções para o termo “corso”. Betendorff,<sup>171</sup> ao se referir aos índios Caicai, os considerava gentio bárbaro e de corso, por viverem perambulando sem paradeiro certo, abrigando-se nos locais onde pudessem saciar a fome. Por sua vez, nos dias atuais, Elba Monique Chagas da Cunha apresenta “índios de corso” como:

[...]caçadores-coletores nômades, também conhecidos como bárbaros, andantes, ocupavam grandes regiões. Nas capitanias do Norte, estes grupos eram considerados hostis pela população colonial pois, em muitos casos invadiam as fazendas e povoados roubando o gado, destruindo plantações, gerando, o que as autoridades locais informavam, grande pânico na população.<sup>172</sup>

Diante das informações acima, percebe-se que sob a ótica do agente colonial, os indígenas que viviam de acordo com os seus próprios costumes, eram apresentados de maneira depreciativa. Ao rejeitarem o modo de vida dos portugueses foram considerados incivilizados. É provável que o uso do termo “índio de corso” tenha se acentuado a partir da segunda metade do século XVII, pois nesse período houve relevante avanço do domínio português para o interior da capitania, causando irreversíveis prejuízos aos nativos, e emergindo reações violentas desses indígenas contra os invasores.

Os índios de corso promoviam assaltos, destruíam fazendas e em alguns relatos, mataram seus moradores. Todas essas “hostilidades” ocasionaram em algumas localidades o esvaziamento de áreas já ocupadas por portugueses, ficando seus sítios em completo abandono. Tais fatos causavam preocupação às autoridades, o que fica evidente no comunicado do governador do Estado do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, ao rei de Portugal, no qual explanava os prejuízos causados pelos índios de corso, nos seguintes termos:

[...] grandes/\_\_\_ hostilidades que tem feito nas terras delles os Indios do Corso destruindo, não só as fazendas dos seus moradores, mas tirando muitas vidas humanas [...] padre Antonio Bar/boza que depois de morto o abirão e lhe tirarão o

---

<sup>171</sup> BETTENCOURT, Lúcia. Cartas brasileira: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. 2 ed, Brasília: Ministério da educação e do desporto, 1994, p. 513.

<sup>172</sup> CUNHA. Elba Monique Chagas da. O diretório dos índios como projeto de “civilização” portuguesa para os sertões pernambucanos. **Revista Latino-Americana de História**. Vol.3, nº. 12 – 12/2014, p. 87.

Coração [...] muitos vaçalos, tem largados os seus Sítios em que/ vivião com grande ruína [...].<sup>173</sup>

Para enfrentar essa situação, as autoridades perceberam a necessidade de mover guerra contra esses indígenas “[...] Tapuias de corço que infestam os Rios Mearim e Itapecurú”<sup>174</sup>, pois era necessário deixar “também toda aquella cappitania mais desassombradas, e com [nova] distribuição de ordens”.<sup>175</sup>

Uma das medidas adotadas pelas autoridades da capitania do Maranhão foi a construção de casas fortes e a distribuição de soldados pelas casas dos moradores, como aconteceu no ano de 1705, em que se percebeu a necessidade de enviar 12 soldados do governo para garantir a segurança dos moradores do Rio Mearim:

[...] e não se poderia mandar escolta [...] so se devia mandar soldados apulsentar por/ caza dos moradores do dito rio para sua guarda o que logo fis com/ toda abrevidade dos pedido doze soldados muy bem amuniciados os quais mandei repartir por caza dos moradores [...].<sup>176</sup>

Contudo, mesmo com algumas casas fortes distribuídas nas regiões de ocupação dos colonos portugueses e a presença de soldados rondando essas localidades para garantir a segurança dos mesmos, tal medida não intimidava os nativos. Apesar do poder militar dos colonos, os indígenas continuavam fazendo suas investidas, chegando a matar “hum morador [...] e sua molher”.<sup>177</sup>

Tudo indica que as casas fortes, ao contrário do que as autoridades pensavam, não mostraram quase nenhuma eficácia ao longo de todo esse tempo, pois não coibiram as investidas dos “índios de corso”, de maneira que foi necessário o envio de tropas de combate para as regiões em conflito. Essas tropas tinham em sua composição soldados brancos e indígenas aliados, que constituíam a maioria do efetivo militar dessas expedições. Com efeito,

[...] tomando parecer com os homens certa/nejos que se achão nesta prasa com bastante experiencia desta/campanhas todos uniformemente diserão que para se faz hera tal/tropa hera necessario ao menos sento e cinquenta índios e ao/ menos oitenta

---

<sup>173</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.13, D.1316.

<sup>174</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 862.

<sup>175</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 12, D. 1213.

<sup>176</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 11, D. 1092.

<sup>177</sup> Ibid.

soldados bancos e eu não avião os índios/ que herão necessarios respondi ao requerimento se não podia fazer/ a tropa sem vir de índios do Para.<sup>178</sup>

Em alguns casos, quando não possuíam nativos aliados em número suficiente, eram requeridos de outras localidades, pois somente com o apoio de outro semelhante “possão tomar o paço, e [...] poderão ser rebatido”.<sup>179</sup> A importância desses aliados fica evidente da documentação estudada, que recobre um período que se estende do fim do século XVII a inícios do XVIII -, e na qual as autoridades sempre mencionam a falta de indígenas aliados, para ajudar no combate a grupos mais renitentes, como se lê no seguinte trecho de um desses muitos documentos:

E o meyo mais efficas para esta segurança, he buscar Tapuias/ tambem de corso, que se podem sem muita dificuldade alcançar e trazerem/ para aquelle sitio para se poder combater com estes inimigos com a segurança/ desse não poderem nunca unir huns com outros para nos fazerem dano.<sup>180</sup>

Além da falta de indígenas aliados, reclamados pelas autoridades para o combate ao “corso”, a necessidade de trazer de outras localidades índios “também de corso”<sup>181</sup> se dava pelo temor de que os nativos da mesma região pudessem se unir contra os portugueses e causarem danos como o mencionado no fragmento acima. Esta suposta ambiguidade trazida pelo fragmento acima demonstra o conhecimento por parte das autoridades da diversidade de etnias a que pertenciam os chamados “índios de corso” (Tapuias) e que justamente em decorrência de sua diversidade “se separão de maneira, que unem sempre entre sy/ com crueis guerras e nunca podem ter aliança, para juntar e nos offenderem”.<sup>182</sup>

Além de soldados brancos e indígenas, as expedições que promoviam guerras ao “índio de corso” eram compostas também por desocupados e vadios, pessoas de perfis étnicos os mais diversos, porém já experimentados nesse “tipo de guerra.” Corrobora o trecho do comunicado do governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, ao rei D. João:

[...] quarenta athe sicoenta soldados de gente mais desocupada e vadia que nella há e que estes vão servi em a Capitania de Sam Luis do Maranhão mandando-lhe-vos

---

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 6, D. 671.

<sup>180</sup> Ibid.

<sup>181</sup> Ibid.

<sup>182</sup> Ibid.

dele o mesmo numero de soldados já experimentados por os sessenta que estão destinados para esta guerra tenha cem nesta consideração vos recomendo.<sup>183</sup>

Recorriam ainda às autoridades do Maranhão a tropas paulistas, com vasta experiência no combate ao “corso”, pois “as capitanias do/ Sul e [...] a de São Paulo pratique esta/ matéria ao Paulista”<sup>184</sup>, o que Pedro Putoni explica nesses termos:

Os sertanistas da vila de São Paulo de Piratininga particularizavam-se, desde o final do século XVI, por possuir um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão. [...] Esses paulistas tinham uma dinâmica e um modo de operação ajustados para seus intentos de penetração nos sertões em busca do provável mineral precioso ou do infalível cativo indígena.<sup>185</sup>

Pelo acima exposto, fica claro que o governo e as tropas que combatiam os indígenas no Maranhão não estavam conseguindo inibir a ação dos mesmos. Fato análogo aconteceu em Pernambuco, durante a denominada Guerra dos Bárbaros, pois “as tropas de Pernambuco não pareciam conseguir os resultados esperados, contrastando vivamente com o bom sucesso das forças paulistas”.<sup>186</sup> Contudo, os documentos analisados não informam quem foram os paulistas que combateram no Maranhão.

As medidas adotadas pelos governantes da capitania do Maranhão, com o intuito de proteger seus colonos não enfraqueceu a resistência indígena, pois não conseguiu impedir que continuassem lutando e expulsando moradores de várias localidades, mesmo que temporariamente. Como é sabido, as investidas indígenas eram de surpresa e rápidas, o que dificultava a perseguição das tropas portuguesas, que, para terem sucesso em sua campanha, dependiam de grande número de índios aliados, caso contrário,

parece se não segura [...] com esta defesa por ser pouco, e carecer de mais Indios nossos aliados, que possuão livrallas de tais Inimigos [...] com assaltos como aves de / rapina fazem [extorsões], [...] andam sempre volantes [...] não podem ser seguidos / sem haver muitos Indios da nossa parte, que lhe possuão tomar a praça, e só com outros semelhantes poderão ser [rebatidos], e ficarão estes moradores seguros.<sup>187</sup>

Como estratégia de luta, os índios de corso faziam uso de outras práticas que iam das extorsões à destruição de lavouras, habitações e assassinatos de colonos, como já mencionado.

---

<sup>183</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 13, D. 1316

<sup>184</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 9, D. 969.

<sup>185</sup> PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitee: Editora da Universidade de São Paulo/ Fapesp. 200, p. 196.

<sup>186</sup> Ibid., 139.

<sup>187</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 6, D. 671.

Além disso, promoviam a desocupação de vários sítios ao longo das regiões do Mearim, Itapecuru e Munin, conseqüentemente interferindo na economia da região e dificultando a realização dos interesses da Coroa.

Além do temor ocasionado pelas investidas dos índios de corso, os colonos ainda sofriam com as extorsões de algumas tropas que iam combater os tais indígenas, roubando pelo caminho em que passavam, “invadindo-lhes/ as cazas como salteador público com alguns/ de sua comitiva”<sup>188</sup> como o caso do cabo Francisco Cavalcanty, que, como mencionado pelo Provedor-mor Vincente Leite Rispado era notório tais atos do dito cabo e que o mesmo não sofreu qualquer punição, pois seus subordinados não quiseram denunciar seu superior por “respeito e temor do Governador”,<sup>189</sup> de quem “era feita, muito favorecido/ o dito cabo Francsico Cavalcanty”.<sup>190</sup>

Foi nesse ambiente conflituoso, que surgiu a figura do “indígena guerreiro”, que defendia suas terras, mesmo sofrendo grandes perdas – entre elas a vida, a liberdade e o direito de conservar sua cultura -, e isso os movia a lutar para permanecer no seu habitat, pois dele dependiam sua sobrevivência. Os colonos, na corrida desenfreada por aquisição de propriedades, invadiram espaços primordialmente ocupados por inúmeras nações indígenas, como consequência foram aqueles duramente combatidos.

Os portugueses, ao chegarem a terras maranhenses, encontraram nativos que a habitavam. De forma não amigável tentaram dominar as terras desconsiderando seus naturais como senhores delas. Por sua vez, os indígenas, ao perceberem as ameaças apresentadas pelos invasores, reagiram para assegurar o que lhes pertenciam, lutando não somente pelo seu espaço/território, mas também para manter posições sociais e culturais de seus grupos. A “reação ao invasor”, mencionado nos documentos pesquisados, refere-se à resistência indígena como transgressão, porém se deve atentar para o fato de que foram os portugueses que adentraram o espaço desses nativos desencadeando tal reação.

As hostilidades promovidas pelos “índios de corso” não eram desmotivadas, mas rechaças às perturbações geradas pela ocupação portuguesa, entendida pela visão que os índios tinham dos “brancos”, como sugere o diálogo entre os índios de grupos distintos na presença do emissário enviado pelo governador do Maranhão, João Velho do Vale,

---

<sup>188</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 12, D. 1198

<sup>189</sup> Ibid.

<sup>190</sup> Ibid.

apresentado em trecho da sua jornada<sup>191</sup>: “tu mentes [...] trazeis tropas de branco para nos matarem e cativarem filhos e mulheres”. O intenso e prolongado conflito por “legitimação do espaço” entre portugueses e nativos ocasionou gradativamente a desocupação pelos indígenas.

Durante o aprofundamento na leitura dos documentos levantados observou-se, que ao se referirem aos indígenas hostis, as expressões variavam como “índio de corso”,<sup>192</sup> “gentil de corso”<sup>193</sup> e “tapuias de corso”,<sup>194</sup> levando a crer que a terminologia “corso” era atribuída aos povos de língua não Tupi, mas possivelmente aos índios pertencentes as nações Tapuias.

Segundo Pedro Puntoni, o termo tapuia foi primeiramente empregado pelo cronista Pero Magalhães Gândavo, para designar um grupo específico de indígenas que habitavam próximo ao rio Maranhão, “os quais dizem que são da mesma nação desses aimorés, ou pelo menos irmãos em armas”.<sup>195</sup> Diz o mesmo autor que o termo tapuia é inteiramente vinculado a “uma noção de barbárie duplamente construído”.<sup>196</sup>

Assim, enquanto a imagem do Tupi foi construída como uma figura heroica, os Tapuias foram vistos como o anti-herói, “retratados nos mais das vezes como inimigos e não como aliados – dos portugueses, bem entendido – representavam o traiçoeiro selvagem, obstáculo no caminho da civilização”.<sup>197</sup> Ainda segundo Puntoni:

Do que foi visto, nos primeiros séculos da colonização o nome tapuia designava apenas um universo de diversidade que se definia, fosse por contraste com a própria identidade que os grupos tupis apresentavam (ao menos no nível da relativa homogeneidade linguística), fosse na prescrição de uma divisão geográfica estanque entre duas humanidades, a costa e o sertão.<sup>198</sup>

Assim, segundo Monteiro, a depreciação sobre as nações indígenas se ampliou no discurso de Francisco Varnhagen:

[...] por sublinhar a carga negativa do canibalismo, deixando de lado a insistência do autor do Memorial em apontar o conteúdo simbólico das práticas tupis que, como

---

<sup>191</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina: Edufpi, 2015, p. 67.

<sup>192</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 9, D. 976.

<sup>193</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 851.

<sup>194</sup> AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 862.

<sup>195</sup> PUNTONI, Pedro. op. cit., p. 61-62.

<sup>196</sup> Ibid., p. 68-69.

<sup>197</sup> MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. 2 ed, Brasília: Ministério da educação e do desporto, p.105-120, 1994, p.30.

<sup>198</sup> PUNTONI, Pedro. op. cit., p.68.

vimos, seriam distintos das práticas dos Aimoré [...]. Ao desqualificar os Tupinambá - e, por extensão, todos os outros índios - Varnhagen com efeito fornecia uma justificativa para a dominação portuguesa, justificativa essa muito distante da narrativa de conquista tecida por Gabriel Soares. A "raça típica", em sua opinião, estava tão fracionada no início do século XVI que, "a não ter lugar a colonização europeia, a mesma raça devia perecer assassinada por suas próprias mãos."<sup>199</sup>

Além disso, é possível identificar também que nem todas as nações indígenas viviam em hostilidade contra os portugueses. A hostilidade, aliás, nem sempre era uma característica na relação colonial entre brancos e índios. Mesmo assim, havia uma série de relações entre esses grupos, pautadas em interesses que seguiam uma lógica de dominação. A esse respeito, Vanice Melo salienta que:

As alianças e as hostilidades entre os grupos sociais do Maranhão e do Piauí colonial possuíam diversas lógicas e interesses. Assim como se organizavam tropas de brancos e índios para combaterem os grupos indígenas hostis, também não-índios podiam se associar aos índios contra os moradores dos núcleos coloniais. Além disso, a classificação em índios hostis e índios aliados encobre variadas maneiras de os índios se relacionarem entre si. No interior da abrangente classificação de índios bravos havia grupos que teciam laços de solidariedade e de inimizade entre si, bem como poderia haver grupos indígenas aliados aos portugueses que mantivessem relações hostis.<sup>200</sup>

Em conformidade com João Renôr Ferreira de Carvalho, nos relatos de João Velho do Vale, a abundância de víveres era motivos de festas entre os nativos contados por ele em sua jornada. Foi citado por ele que entre os Caicai, “as boas colheitas de milho, batatas e favas associadas com a fartura de caças e, enfim, a existência do muito comer constituíam motivos de grandes alegrias e propiciavam muitas festas”.<sup>201</sup> Informa ainda o mesmo autor, que no Mearim viviam os Guaxinarés - porém o desejo de Velho do Vale era os deslocar para o baixo Itapecuru -, apontados como cultivadores de mandioca e milho, e possuidores de grandes “roças desses produtos”.<sup>202</sup> Por essas informações, é possível perceber que no fim do século XVII, os indígenas que mantiveram contato com João Velho do Vale cultivavam uma variedade de produtos agrícolas, e que as boas terras lhes garantiam sua independência em relação ao colonizador.

A forma desenhada sobre o índio Tapuia foi notadamente fruto de interesses tanto dos

---

<sup>199</sup> MONTEIRO, John. op. cit., p.31.

<sup>200</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira Metade do século XVIII)**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011, p. 95.

<sup>201</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina: Edufpi. 2015, p. 33.

<sup>202</sup> Ibid., p. 37.

colonos como de índios de outras nações, principalmente Tupinambás. A imagem depreciativa atribuída aos Tapuias desencadeou ao longo da historiografia uma visão superficial desses índios, enfatizando muitas vezes apenas a forma violenta com a qual rebateu a invasão portuguesa. Porém, os Tapuias também foram participantes ativos da construção da história do mundo colonial. Inclusive, em seu tratado descritivo, Sousa<sup>203</sup> descreveu os Tapuias como índios mansos e tratáveis. Na condição de leais aliados, foram responsáveis pela manutenção da colônia, tanto como defensores contra inimigos externos e internos, pois conheciam bem o território, quanto na produção agrícola para o sustento dos colonos que deles dependiam.<sup>204</sup>

Outro fato a ser relatado consiste na construção equivocada de serem os Tupinambás os índios dominantes absolutos de todo litoral brasileiro. Em vários pontos da extensa faixa litorânea são encontrados povos não Tupi, indicando uma inconsistência dos dados difundidos sobre a hegemonia Tupi nessa área. As informações a esse respeito são fornecidas por Carlos Fausto,<sup>205</sup> que aponta a presença de povos Charrua, Goitacá, Aimoré e Tremembé ao longo da costa litorânea.

Em se tratando do comércio, os nativos habitantes da costa Leste-Oeste perpetravam trato com portugueses e outras nações estrangeiras, o que possibilitou sua independência e liberdade do domínio total dos portugueses. Segundo Borges, foi por conta dessa destreza que os indígenas habitantes das praias conseguiram se manter senhores dos seus territórios, livres do jugo dos portugueses, porém em constante negociação com os estrangeiros por dois séculos.<sup>206</sup>

De forma paralela, é possível afirmar que haviam nações indígenas que mesmo tendo contato direto com o europeu, por séculos, conseguiram manter uma certa autonomia em relação a este último, o que nos leva a supor que a relação entre europeu e indígena era complexa e muitas vezes ia além do que a historiografia tradicional sobre o tema relata. Jóina Freitas Borges, por exemplo, em estudo centrado na nação Tremembé, que habitava a Costa

---

<sup>203</sup> SOUSA apud SOUSA apud BORGES, J. Freitas. **Os Senhores das dunas e os adventícios d' além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização de autómia Tremembé na costa Leste-Oeste (século xvi e xvii)**. 2010. 362f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010, p.63.

<sup>204</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Política e legislação indigenista. In: **História dos índios no Brasil**. Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992, p.118.

<sup>205</sup> FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar., 2000, p.382.

<sup>206</sup> BORGES, Jóina Freitas. op. cit., p. 257.

Leste-Oeste, relata uma possível autonomia da nação Tremembé. Assim ela afirma:

O elemento principal a ser destacado, na autonomia dos índios da Costa Leste-Oeste, e no século XVII especificamente dos tremembés, é que frente às novas relações sociais articuladas a partir do contato com os europeus, eles construíram maneiras de se manter autônomos em seus espaços. Isto significa que mesmo duzentos anos após a chegada e presença dos adventícios nas suas praias, e apesar das tentativas de colonização, grande parte do espaço de ocupação indígena, na Costa Leste-Oeste, nos séculos XVI e XVII, não se convertera em espaço colonial até o início do século XVIII; ou seja, ainda era área de domínio dos tremembés.<sup>207</sup>

Essa autonomia Tremembé, destacado por Jóina Borges, foi resultado de uma ampla e complexa relação entre esses povos indígenas e o colonizador europeu. Tal relação baseou-se em determinadas negociações, levando a pensar que a tão tradicional historiografia que concebia as nações indígenas como submissas no trato com o europeu, não vingou na interpretação das formas de contato entre o europeu colonizador e os Tremembés. Ao encontro dessas ideias, Jóina Borges discorre:

[...] também é necessário enfatizar que outros grupos, dentre eles os tremembés, na Costa Leste-Oeste, conseguiram escapar do *dominium* do *imperium*, por certo período de tempo, preservando maior autonomia sobre seus territórios e através de conflitos, negociações e interações com outros grupos nativos, e com diferentes estrangeiros (portugueses, franceses e holandeses, principalmente), seus espaços fugiram, por certo tempo, ao controle da administração colonial, ou seja, não se converteram em espaços coloniais, eram ainda espaços gerenciados pelos nativos.<sup>208</sup>

A existência de nações alheias ao projeto colonizador, por assim dizer, fez parte da preocupação lusitana nesta região dos trópicos, especialmente na região do Maranhão. É salutar pensar que na visão colonizadora europeia havia dois tipos de indígenas: aqueles que se aliavam e se submetiam ao projeto civilizador e aqueles que se opunham. Portanto, Jóina Borges, ao se referir aos relatos sobre as viagens de Colombo, afirma que:

[...] desde os primeiros relatos processou-se a construção dessa dicotomia entre os índios “pacíficos” (tainos) *versus* os índios “selvagens” (caribes), aqueles que permitiram e aqueles que atrapalharam o *contato* do colonizador. Depois, conforme se vai estruturando o quadro colonial, a dicotomia gira em torno dos índios que permitiam e participavam *versus* aqueles que atrapalharam o *processo* civilizador.<sup>209</sup>

---

<sup>207</sup> Ibid.,p. 20.

<sup>208</sup> Ibid.,p. 23.

<sup>209</sup> Ibid.,p. 59.

A passividade é, no entanto, motivo de dúvidas, pois o que se viu durante o período colonial foi à resistência de várias nações indígenas, que não assistiram a invasão de suas terras e o extermínio de tantos outros povos de maneira inerte. Com a chegada do colonizador, os primeiros embates foram principalmente com povos de língua Tupi, que ocupavam parte do litoral. Esse contato custou quase a total extinção desses povos, como relata Julio Cezar Melatti:

No primeiro século de colonização, o XVI, foram os índios do litoral leste e sudeste do Brasil os que entraram em choque com os brancos. Estes não somente desejavam se apropriar das terras dos indígenas para fazer suas lavouras de cana-de-açúcar, como queriam se apoderar das próprias pessoas dos indígenas, para transformá-las em escravos. É nesta época que começam a desaparecer da citada faixa litorânea os índios do tronco Tupi que a habitavam, restando hoje apenas os Potiguára, no litoral da Paraíba, como seus últimos representantes.<sup>210</sup>

Dessa forma, muito mais que uma visão dicotômica da relação entre portugueses e nações indígenas, a existência de uma multiplicidade de inter-relações desses grupos faz parte de uma complexa experiência colonial que existiu dentro do território maranhense. A esse respeito, Vanice Melo também destaca:

Assim, múltiplas e diversificadas eram as relações tecidas entre os grupos indígenas e complexas eram as alianças e inimizades cultivadas com os luso-brasileiros. É provável que as classificações como índios inimigos e índios aliados nem sempre fossem referenciais para os moradores do Maranhão e Piauí nem para os índios. Talvez estas identificações fossem mais importantes para a administração do Estado do Maranhão e Grão-Pará, pois eram os religiosos e governantes que opinavam e discutiam sobre os assuntos indígenas na colônia e muitos interesses permeavam os espaços de discussão frequentados pelas autoridades religiosas e temporais.<sup>211</sup>

Em um apanhado se verificou que o adjetivo “corso” era atribuído aos índios cuja presença foi constatada no litoral e o interior do Maranhão. Embora percorressem todo esse território sem desmascará-lo - pois essa prática não fazia parte de sua cultura -, e visualizado como nômade, o índio de corso tinha a natureza como sua morada, e por isso não mediram esforços para defender sua terra que, além de lhes servir como morada era de onde tiravam o sustento. Percebido inclusive nas obras de Carvalho<sup>212</sup> e José Ribeiro do Amaral<sup>213</sup>, pois o

---

<sup>210</sup> MELATTI, Cezar Melatti. **Índios do Brasil**. 3 ed. São Paulo. Editora Hucitec., - Instituto nacional do livro. Ministério da educação e cultura. 1980/1980, p. 179- 180.

<sup>211</sup> MELO, Vanice Siqueira de. op. cit, p. 95.

<sup>212</sup> CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina: Eudufpi, 2015, p 37.

mesmo ambiente - Mearim - cultivado pelos índios Guaxinarés, descritos pelo primeiro, é também ambicionado pelos portugueses, de acordo com o segundo autor. A resistência apresentada pelos índios se sustenta pela perda significativa a qual os índios estavam prestes enfrentar.

Para enfrentar a dominação, os indígenas utilizaram várias estratégias, entre elas o confronto armado, submissão a catequese, alianças com os “branco” – os brancos sempre quebravam o acordado – e a fuga mata a dentro. Esta última, possivelmente, permitiu que muitas nações indígenas sobrevivessem ao extermínio praticado pelo colonizador.

---

<sup>213</sup> AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com Piauí**: ou a questão da Tutoya. Maranhão. Imprensa Oficial, 1919 p 47.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pretensão deste estudo foi trazer à discussão os conflitos entre colonos e nativos. Sistematizou-se o estudo de forma a dar clareza aos pontos que explicam as características desses confrontos.

Foi exatamente com o choque de interesses entre o invasor português e os indígenas, que a figura do índio alcançou distintas representações, hora aliado e pacífico, hora inimigo e violento. Foi no momento em que esses indígenas se posicionaram avessos e resistentes a invasão de suas terras, que os colonizadores disseminaram a imagem dos nativos como hostis e bárbaros, que segundo os mesmos, esses comportamentos faziam parte da natureza do índio.

Perceber-se no decorrer da pesquisa que existem contradições no que se dissemina em relação ao chamado “índio de corso”, primeiro que “índio de corso” não está relacionado a uma etnia, mas nome dado pelos colonos para representar o índio que na concepção dos mesmos, não se fixavam à terra. Outra contradição é em relação à ocupação, se o índio opositor é hostil, logo existem pessoas nessas terras, então como relatar uma ocupação sem considerar que as mesmas já estavam ocupadas? Esses fatos vêm de encontro aos comportamentos de resistência dos nativos, pois é justo lutar por aquilo que lhes está sendo arrancado.

Além das terras, tentou-se roubar dos índios sua cultura, sua dignidade e ainda sua identidade, pois a partir da ação dos invasores, criou-se uma ideia de que índio é violento, e como muitos foram dizimados ou afastados a espaços longínquos, restou aos sobreviventes lutar contra um processo de conquista em curso até os dias atuais.

É importante mencionar que sob a ótica do pesquisador, a relação estabelecida entre os indígenas e a natureza, difere-se do colonizador português. Os indígenas vivem principalmente do que a natureza oferece, ao se esgotarem os recursos, os indígenas procuram outros locais que garantam sua subsistência, esse modo de vida pode ter sido interpretado como nomadismo por parte dos portugueses, por esse motivo se faz necessário estudos mais aprofundados para subsidiar a hipótese do pesquisador.

No presente estudo não foi possível preencher as lacunas existentes sobre o processo de ocupação do Maranhão e os conflitos envolvidos no mesmo. Carecendo de pesquisas mais ampla sobre a temática, pois embora os fatos tenham ocorrido há alguns séculos atrás, é possível fazer uma releitura dos eventos históricos enriquecendo as pesquisas na área, e possivelmente desconstruindo narrativas difundidas no decorrer da história.

## REFERÊNCIAS

### DOCUMENTOS DO ARQUIVO ULTRAMARINO

AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 6, D. 671  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 851  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 8, D. 862  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 9, D. 969  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 9, D. 976  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.10, D.1004  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.11, D.1092  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.12, D.1198  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.12, D.1213  
 AHU\_ACL\_CU\_009, Cx.13, D.1316

### BIBLIOGRÁFICA

- ABBEVILLE, Claude d'. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Ed.7. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.
- AB'SABER, Aziz N. A ocupação portuguesa do vale amazônico. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 283 - 299.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia da Letras. 2000.
- AMARAL, José Ribeiro do. **Limites do Maranhão com Piauhý: ou a questão da Tutoya**. Maranhão. Imprensa Oficial, 1919 p 47.
- BERREDO, Bernado Pereira de. **Annaes histórico do Estado do Maranhão**. Florença. Typographia Barbèra. 1905.
- BETENDORF, João Felippe. **Chronica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. J.Leite,1910.

BETTENCOURT, Lúcia. Cartas brasileira: visão e revisão dos índios. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. 2 ed, Brasília: Ministério da educação e do desporto, 1994.

BORGES, J. F. **Os Senhores das dunas e os adventícios d' além-mar**: primeiros contatos, tentativas de colonização de automia Tremembé na costa Leste-Oeste (século xvi e xvii). 2010. 362f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2010.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do Sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596 - 1626). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, nº 31, p. 317-338, 2011.

CARVALHO, João Renôr Ferreira de. **Ação e presença dos portugueses na costa norte do Brasil no século XVII**: a Guerra no Maranhão: 1614 – 1615. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2014.

\_\_\_\_\_. **Jornada de João Velho do Vale**. Teresina: Edufpi, 2015.

CAVALCANTI FILHO, Sebastião Barbosa. **A questão jesuítica no Maranhão colonial (1622 - 1759)**, São Luís: SIOGE, 1990.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista brasileira História**. São Paulo. vol.26, nº. 52, 2006.

\_\_\_\_\_; MELO, Vanice Siqueira. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Revista de História**. São Paulo, nº. 168. janeiro / junho, p. 167-200. 2013.

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **A política indigenista no Maranhão provincial**. São Luís: SIOGE, 1990.

CONSELHO indigenista missionário. **Povos indígenas no Maranhão**: exemplo de resistência. Conselho indigenista missionário CIMI- Maranhão, São Luís. 1988.

CUNHA. Elba Monique Chagas da. O diretório dos índios como projeto de “civilização” portuguesa para os sertões pernambucanos. **Revista Latino-Americana de História**. Vol.3, nº. 12 – 12/2014, p. 87.

DE MELO, J. A Gonsalves. O domínio holandês na Bahia e no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial**: do descobrimento à expansão territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 263.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1994.

EVREUX, Yves d'. **Viagem ao norte do Brasil**: feita nos anos de 1613 a 1614. São Paulo: Sciliano, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. ed. 3ª,

Revista. Editora Globo, 2001.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios**. 2 ed. São Paulo: Global, 2009.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

HERMANN, Jacqueline. **No reino do Desejado: a construção do sebastianismo em Portugal, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOK, Maria da Glória. **Os vivos e os mortos na América portuguesa: da antropofagia à água do batismo**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Editora da UEMA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Jerônimo de -Albuquerque Maranhão: guerra e fundação no Brasil colonial**. São Luís: Editora da UEMA, 2006.

LISBOA, João Francisco. Vida do padre Antônio Vieira. In: LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. São Luís: Alumar, 1991.

MARTINS, Elton Marios Saraiva. **Os Ameríndios Maranhão no Século XVII nas Obras de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux**. São Paulo: Lexia, 2011.

MELATTI, Cezar Melatti. **Índios do Brasil**. 3 ed. São Paulo. Editora Hucitec., - Instituto nacional do livro. Ministério da educação e cultura. 1980

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira Metade do século XVIII)**. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado de História). Universidade Federal do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 2011.

MEIRELES, Mário M. **João de Barros, primeiro donatário do Maranhão**. São Luís: ALUMAR, 1996.

MÉTRAUX, Alfred. Migrations historiques des Tupi-Guarani. In: **Journal de la Société des Américanistes**. Tome 19, 1927. p. 1-45.doi:10.3406/jsa.1927.3618. Disponível em pdf:[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa\\_00379174\\_1927\\_num\\_19\\_1\\_368](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/jsa_00379174_1927_num_19_1_368).

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org). **Índios no Brasil**. 2 ed, Brasília: Ministério da educação e do desporto, p.105-120, 1994.

PANTALEÃO, Olga. Franceses, holandeses e ingleses no Brasil quinhentista. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de.(dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t. I, v. I, p. 165 - 196.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Política e legislação indigenista. In: Cunha, Manuela Carneiro (org.). **História dos índios no Brasil**. Manuela. São Paulo: Companhia da Letras: Secretaria Municipal de Cultura/ Fapesp, 1992, p.118.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Diccionario da língua brasileira**. Typographia de Silva. 1832, n.p.

PRADO, J. F de Almeida. O regime das capitanias. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira. A época colonial: do descobrimento à expansão territorial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 111- 122.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitex / EdUSP, 2002.

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memória dos Sertões maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002.

VIEIRA, António; MEIHY, José Carlo Sebe Bom. **Escritos instrumentais sobre os índios**. São Paulo: EDUC/ Loola/Giodano, 1992.